

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2019

COMPANHIA INTEGRADA DE
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA
DE SANTA CATARINA



CIDASC

GOVERNADOR DO ESTADO

Carlos Moisés da Silva

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Daniela Cristina Reinehr

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA
AGRICULTURA E DA PESCA E DO
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Ricardo de Gouvêa

SECRETÁRIO ADJUNTO

Ricardo Miotto Ternus

PRESIDENTE

Luciane de Cássia Surdi

DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

Vanessa Souza Adami do Espírito Santo

DIRETOR DE COMERCIALIZAÇÃO

Luciano da Silva Spindola

DIRETORA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Priscila Belleza Maciel

DIRETOR INSTITUCIONAL

Marcos Roberto Pacheco

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2019**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO**

Camila Bolfe

Richard Tadeu de Haro

APOIO

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA CIDASC

INFORMAÇÕES

Departamento Estadual de
Planejamento

E-mail: depla@cidasc.sc.gov.br

Telefone: (48) 3665-7150

Endereço: Rodovia Admar Gonzaga,
1588, Itacorubi, CEP 88034-001 –
Florianópolis - SC



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E DADOS GERAIS.....	4
1.1. DADOS GERAIS.....	5
1.2. PRINCIPAIS RESULTADOS.....	7
1.3. ROL DE RESPONSÁVEIS NO ANO DE 2019	10
1.4. COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	20
1.5. ORGANOGRAMA.....	22
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	23
2.1. IDENTIDADE INSTITUCIONAL	23
2.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	24
2.3. PARTES INTERESSADAS.....	24
2.4. PRINCIPAIS PARCEIROS.....	24
2.5. PRINCIPAIS PROCESSOS FINALÍSTICOS.....	25
2.6. PRINCIPAIS PROCESSOS DE APOIO	38
3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA.....	39
3.1. PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL – EXERCÍCIO 2019.....	39
3.2. DESPESA POR PROGRAMA - EXERCÍCIO 2019	41
3.3. RECURSOS APLICADOS POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA – EXECUÇÃO 2016 A 2019 42	42
3.4. JUSTIFICATIVA SOBRE AS SUBAÇÕES NÃO REALIZADAS OU REALIZADAS PARCIALMENTE – EXERCÍCIO DE 2019	43
3.5. AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – EXECUÇÃO 2019.....	43
3.6. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS – EXERCÍCIO 2019.....	46
3.7. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	47
3.8. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	47
4. ACOMPANHAMENTO FÍSICO FINANCEIRO	48
4.1. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL EM 2019	48
4.2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS PRIORIDADES DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) - 2019	51
5. GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	52
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	52
5.2. QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA – MENSAL – VALORES.....	54
5.3. QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA – MENSAL – QUANTIDADE.....	55
5.4. DEMONSTRATIVO DE POSTOS DE TRABALHO NA UNIDADE GESTORA POR MEIO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS	56
5.5. REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA A MEMBROS DE DIRETORIA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL DA UNIDADE GESTORA.....	57
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	58
6.1. BENS MÓVEIS	58
6.2. BENS IMÓVEIS	59
6.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	59
7. LICITAÇÕES E CONTRATOS	64
7.1. VALORES ANUAIS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS POR MODALIDADE	64
8. CONTROLE INTERNO.....	65
8.1. RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS EM 2019	65
8.2. RECOMENDAÇÕES PENDENTES DE ATENDIMENTO	68



1. IDENTIFICAÇÃO E DADOS GERAIS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

440022 Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, Empresa Pública, criada a mais de 40 anos é a principal responsável por executar ações de sanidade animal e vegetal. Atua também na preservação da saúde pública e promoção do agronegócio e desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. Suas atividades são divididas em três principais áreas técnicas, a Defesa Sanitária Animal, Defesa Sanitária Vegetal e Inspeção de produtos animais.

Competências

I – Executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal Serviço de Inspeção Estadual – SIE, por meio do registro dos estabelecimentos, seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela CIDASC;

II – Promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

III – Promover e executar os serviços de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

IV – Prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;

V – Estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios para exercício das atividades previstas no inciso IV, bem como fiscalizar sua execução; e

VI – Desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

VII – Assegurar e garantir tratamento favorecido e simplificado para as agroindústrias familiares de pequeno porte e de economia solidária no sistema de inspeção e vigilância sanitária.



1.1. Dados Gerais

IDENTIFICAÇÃO	A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC é empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina.
CNPJ	83.807.586/0001-28
Endereço:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 – Itacorubi – 88034-001 – Florianópolis - SC
Telefone:	(48) 3665-7000
Site:	www.cidasc.sc.gov.br
Ato de Criação:	Decreto-lei 5.516 de 28 de fevereiro de 1979
Estatuto	Aprovado em 05/09/2019 pelo Conselho de Administração da Cidasc. Registro na Junta Comercial nº. 20196527058. Link do documento: http://www.cidasc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/ESTATUTO-SOCIAL-CIDASC-2019-APROVADO-EM-AGE-30.04.19.pdf
Regimento Geral / Interno	Aprovado pelo Conselho de Administração da Cidasc em 05/09/2019.



HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Segunda a sexta-feira
08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30

CANAIS DE ATENDIMENTO

Telefone: (48) 3665-7000
Disque denúncia 0800 643 93 00 (Animal)
0800 644 65 10 (Vegetal)
E-mail: seger@cidasc.sc.gov.br
Ouvidoria: ouvidoria@cidasc.sc.gov.br

SITE: www.cidasc.sc.gov.br

FACEBOOK [Facebook.com/CIDASC-Companhia-Integrada-de-Desenvolvimento-Agrícola-de-Santa-Catarina-132733150130777](https://www.facebook.com/CIDASC-Companhia-Integrada-de-Desenvolvimento-Agrícola-de-Santa-Catarina-132733150130777)

TWITTER [Twitter.com/CidascOficial](https://twitter.com/CidascOficial)

YOUTUBE [Youtube.com/channel/UC3uGsy4VhDEcDWoskUYHkDg](https://www.youtube.com/channel/UC3uGsy4VhDEcDWoskUYHkDg)

ISSUU [Issuu.com/cidasc](http://issuu.com/cidasc)

SOUNDCLOUD [Soundcloud.com/user-460032353](https://www.soundcloud.com/user-460032353)

INSTAGRAM www.instagram.com/CidascOficial/

Telefone: (47) 3481-2370

Postos Fixos de Fiscalização

A CIDASC dispõe também de 63 Postos Fixos de Fiscalização de trânsito de produtos de origem animal e vegetal, localizados ao longo das divisas com os estados do RS e PR e fronteira com a Argentina. <http://www.cidasc.sc.gov.br/institucional>

SEDE

Florianópolis abriga a Sede da CIDASC, que é responsável por planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à execução de defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de produtos de origem animal, classificação de produtos de origem vegetal, administração do Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, política de pessoal, gestão financeira e as atividades relacionadas à formulação de políticas sanitária animal e vegetal no Estado. Esse trabalho é realizado por meio de 4 diretorias, que dão suporte a presidência da Empresa.

Rodovia Admar Gonzaga, 1588 – Itacorubi – 88034-001 – Florianópolis - SC

Departamentos Regionais

Estão distribuídos estrategicamente pelo estado 19 departamentos regionais que coordenam os trabalhos dos escritórios municipais e das unidades veterinárias locais na sua região de abrangência.

Informe-se do endereço e telefone do departamento e sua região de abrangência no site abaixo.

<http://www.cidasc.sc.gov.br/institucional>

Escritório Municipais

A CIDASC atende os 295 municípios de SC (direta ou indiretamente) por meio de Escritórios Locais de atendimento e UVLs (Unidades Veterinárias Locais).

<http://www.cidasc.sc.gov.br/institucional>

Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul

São Francisco do Sul - Av. Eng. Leite Ribeiro – Centro - 89240-000 - São Francisco do Sul – SC



1.2. Principais Resultados

O ano de 2019, além de ser um ano de importantes conquistas para o agronegócio catarinense é também o ano em que a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc celebrou 40 anos de história de luta e apoio à agropecuária de Santa Catarina. Vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Agricultura, a Cidasc realizou ações importantes em todas as regiões do estado e celebra conquistas em diferentes áreas. Os investimentos (despesas de capital) efetuados pela Cidasc em 2019 totalizaram 1,4 milhão de reais, de janeiro a novembro, empenhados e/ou pagos com recursos próprios.

Para a presidente da Cidasc, Luciane de Cássia Surdi, o sucesso da agropecuária catarinense é resultado do empenho dos profissionais da Companhia, além do trabalho em conjunto com outras instituições e o produtor rural. “Esse foi um ano de grandes desafios, mas conseguimos grandes resultados graças aos esforços de uma equipe extremamente qualificada e preparada, assim, vislumbramos para 2020 mais crescimentos e oportunidades à agropecuária catarinense. Temos certeza que poderemos contar novamente com o apoio do governo, instituições públicas e privadas, e do produtor rural”, afirma Luciane.

Departamentos técnicos

Com crescimento anual da agropecuária catarinense, a Cidasc evoluiu através de muito trabalho e dedicação, com políticas públicas, otimização do uso da mão de obra técnica por meio de informatização, organização, direcionamento e a priorização de atividades. O capital humano é outra fonte do sucesso da Companhia, que investiu no conhecimento e informação como formas de melhoria contínua. A realização de simulados nas áreas de defesa sanitária animal e vegetal, cursos para médicos veterinários, engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, preparou os profissionais da Companhia a trabalhar de forma inovadora e conjunta com diversas entidades públicas. Essa parceria é fundamental para que a abrangência das ações atinja um maior número de pessoas e possa sanar as demandas apresentadas.

Defesa Sanitária Vegetal

Com foco na proteção e no desenvolvimento dos ecossistemas agrícolas, o Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal realizou 580 fiscalizações em propriedades rurais e mais 460 inspeções de levantamento de pragas em 2019. Além disso, foi realizada 510 fiscalizações em propriedades rurais para a detecção de uso de agrotóxicos. Outra ação realizada pelo Departamento foi a de 1250 fiscalizações em estabelecimentos de comercialização de agrotóxicos, sementes e mudas.

O ano de 2019 é um marco para a Defesa Sanitária Vegetal catarinense. Santa Catarina têm agora uma Política Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, que traz as medidas necessárias para preservação da sanidade vegetal. As normas são para impedir a entrada de pragas ou doenças que possam causar prejuízos aos agricultores catarinenses. A Lei nº 17.825, de 12/12/2019, construída pelo Governo do Estado em harmonia com o setor produtivo, foi sancionada pelo governador Carlos Moisés da Silva.



Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas

A Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas realiza diversas atividades com o objetivo de verificar a qualidade dos insumos agrícolas comercializados, com a finalidade de garantir padrões mínimos exigidos por lei e verificar a sanidade dos produtos vegetais. Em 2019, a Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas identificou um índice de conformidade das análises de resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal em Santa Catarina de 82,69%.

A Divisão também realizou 510 fiscalizações em propriedades rurais e, junto ao Departamento Estadual de Defesa Agropecuária Vegetal, 1250 fiscalizações em estabelecimentos de comercialização de agrotóxicos, sementes e mudas.

Classificação de Produtos de Origem Vegetal

A Cidasc, através do Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal realiza, ainda, a Classificação de Produtos de Origem Vegetal. A Companhia é o órgão oficial que realiza a classificação vegetal em todo estado de Santa Catarina. A atividade é uma prestação de serviço realizada pela Divisão de Classificação para produtores, beneficiadores e embaladores de produtos vegetais, tendo como principais produtos classificados: arroz, feijão, maçã e cebola. A classificação vegetal atende importação em 4 portos e 1 aduana seca, empresas cerealistas e beneficiadoras de frutas, na qual, de janeiro a novembro de 2019, foram classificados 663 mil toneladas de produtos.

Defesa Sanitária Animal

Por meio das ações do Departamento de Defesa Sanitária Animal, os Laboratórios de Diagnóstico realizaram mais de 17 mil exames, dentre eles para detecção de Raiva, Tuberculose, Brucelose e Anemia Infecciosa Equina. O Departamento atuou na manutenção do reconhecimento internacional de Zona Livre de Peste Suína Clássica e de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, através da execução de um sistema de vigilância ativa para febre aftosa, possibilitando demonstrar para os organismos internacionais de referência e para os parceiros comerciais, a inexistência da doença nos rebanhos catarinenses e, ao mesmo tempo, reforçando o vínculo da Cidasc com os produtores, com a finalidade de estimular a notificação de eventuais suspeitas da doença.

Somente neste ano, foram emitidas 1,2 milhão de Guias de Trânsito Animal – GTA's. Atualmente, o produtor pode solicitar a GTA de qualquer computador com acesso à internet e impressora, através da plataforma Sigen+. A capilaridade do sistema consolida a interação entre 200 mil produtores rurais e a Cidasc.

Um dos diferenciais de Santa Catarina são os status sanitários de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, Zona Livre de Peste Suína Clássica, e dos status fitossanitários de Área Livre de Praga do Moko da Bananeira (1 ALP), Livre da *Cydia Pomonella*, do Sistema de mitigação de risco para Sigatoka Negro e do Cancro cítrico, além da qualidade e inocuidade dos produtos aqui produzidos. Hoje o agronegócio representa mais de 60% das exportações do Estado. “A Cidasc executa o trabalho de preservação da sanidade animal, vegetal e saúde pública com maestria. Nosso objetivo é continuar produzindo excelentes resultados tanto no agronegócio como na preservação da saúde pública”, destaca a presidente da Companhia, Luciane Surdi.



Inspeção de Produtos de Origem Animal

Santa Catarina possui mais de 500 estabelecimentos ativos registrados no Serviço de Inspeção Estadual da Cidasc (SIE), sendo a inspeção extremamente importante e necessária para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, contribuindo, de forma incomensurável, para a manutenção da saúde da população de Santa Catarina e do Brasil. Vale destacar que, entre o período de janeiro a dezembro de 2019, os médicos veterinários do Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal realizaram mais de 2300 fiscalizações nos estabelecimentos que possuem o Serviço Estadual de Inspeção – SIE ou que almejam possuir este serviço; mais de 1260 análises documentais de processos, incluindo avaliações de reformas e ampliações de estabelecimentos, rotulagens de produtos e alterações de dados cadastrais; mais de 9.000 amostras de alimentos foram colhidas e processadas em laboratórios oficiais ou credenciados pela Cidasc, destas amostras, 245 foram processadas no Lanagro e 125 fizeram parte do programa do Ministério Público de Santa Catarina – MPSC.

Dentre as análises realizadas para fins de monitoria e fiscalização, 84% estavam em conformidade com os padrões microbiológicos e físico-químicos avaliados, tendo o departamento adotado medidas de fiscalização apropriadas visando a correção dos produtos considerados não conformes.

Divisão de Apoio Laboratorial

Os laboratórios da Cidasc, localizados nos Departamentos Regionais de Joinville e Chapecó, realizam diagnósticos de doenças em animais em apoio aos programas coordenados pelo Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal da Companhia. Em 2019 somam até o momento em torno de 17 mil exames realizados, dentre eles para detecção de Raiva, Tuberculose, Brucelose e Anemia Infecciosa Equina.

O apoio dos laboratórios também ocorre na triagem de amostras de monitoramento de várias doenças como a influenza aviária, a febre aftosa, a peste suína clássica, raiva dos herbívoros, brucelose e tuberculose, doenças de animais aquáticos e doenças em abelhas. Foram triadas em torno de 19 mil amostras e foram produzidos e distribuídos 385 Kits de meios utilizados para conservação destas amostras colhidas a campo.

Projeto Sanitarista Junior

O Projeto Sanitarista Junior, desenvolvido pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc, prevê a introdução transversal do tema da Defesa Agropecuária no Projeto Político Pedagógico das escolas parceiras, para crianças a partir de 9 anos de idade, que cursam o 4º ano do ensino fundamental. 2019 é o quinto ano que o Projeto vem aproximando a Cidasc dos catarinenses e trabalhando a Defesa Sanitária como tema transversal no currículo das escolas do estado. Durante esse ano formamos parcerias com 95 escolas de mais de 40 municípios e alcançando 2737 crianças.

Visando levar a educação sanitária às universidades, em 2019 a Cidasc lançou o Sanitarista Acadêmico, que busca discutir nas instituições de ensino superiores temas específicos da Defesa Agropecuária. Nesse primeiro ano de projeto, a Cidasc formou parceria com 7 Instituições de Ensino Superior para participação na grade de 8 cursos superiores, tais como medicina veterinária, agronomia e zootecnia, alcançando mais de 300 estudantes em Santa Catarina.



Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul

A Cidasc administrou até 23 de maio de 2019 o corredor de exportação de São Francisco do Sul e, por meio de seus terminais, foram escoadas as safras da região sul e centro-oeste de Santa Catarina.

Em 2019, o Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul movimentou, até 30 de novembro de 2019, cerca de 5,461 milhões de toneladas de grãos expedidas pelo corredor exportação. O faturamento acumulado neste ano ficou acima dos 22 milhões de reais.

A partir de 01/12/2019, por decisão do Governo do Estado, o Terminal passou a ser administrado pela SC Participações e Parcerias S.A – SCPar Porto de São Francisco do Sul.

1.3. Rol de Responsáveis no ano de 2019

1. ROL DE RESPONSÁVEIS CIDASC

Nome:	Luciane de Cássia Surdi			CPF:	664.769.849-34	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001	
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	luciane@cidasc.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Dirigente máximo da unidade jurisdicionada(Titular)				
Nome do Cargo ou Função:		Presidente				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.990	05/04/2019			12/03/2019	31/12/2019	



Nome:	Rodrigo da Silva Conceição				CPF:	004.389.179-95	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001		
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		E-mail:	rsconceicao@cidasc.sc.gov.br		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro da Diretoria Executiva					
Nome do Cargo ou Função:		Diretor Administrativo e Financeiro					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 20.784	06/06/2018	DOE 21.049	04/07/2019	26/04/2018	01/04/2019		

Nome:	Vanessa de Souza Adami do Espírito Santo				CPF:	004.389.179-95	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001		
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		E-mail:	diafi@cidasc.sc.gov.br		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro da Diretoria Executiva					
Nome do Cargo ou Função:		Diretor Administrativo e Financeiro					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 21.050	05/07/2019			03/06/2019	31/12/2019		



Nome:	Priscila Belleza Maciel				CPF:	030.456.109-60	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001		
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		E-mail:	pbmaciel@cidasc.sc.gov.br		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro da Diretoria Executiva					
Nome do Cargo ou Função:		Diretoria de Defesa Agropecuária					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 20.345	22/07/2016			01/01/2019	31/12/2019		

Nome:	Luciano da Silva Spindola				CPF:	747.787.900-06	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001		
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		E-mail:	luciano@cidasc.sc.gov.br		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro da Diretoria Executiva					
Nome do Cargo ou Função:		Diretor de Comercialização					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 20.809	11/07/2018			01/01/2019	31/12/2019		



Nome:	Marcos Roberto Pacheco				CPF:	916.140.079-34	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001		
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		E-mail:	mrpacheco@cidasc.sc.gov.br		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro da Diretoria Executiva					
Nome do Cargo ou Função:		Diretor Institucional					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 20.750	17/04/2018			01/01/2019	31/12/2019		

Nome:	Ricardo Gouvêa				CPF:	514.425.809-53	
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034.000		
Telefone:		Fax:		e-mail:			
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:		Membro do Conselho de Administração					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 20.987	02/04/2019			23/01/2019	31/12/2019		



Nome:	Ricardo Miotto Ternus				CPF:	028.613.069-63	
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034.000		
Telefone:		Fax:		e-mail:			
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:		Membro do Conselho de Administração					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 20.987	02/04/2019			23/01/2019	31/12/2019		

Nome:	Gerson Catalan				CPF:	065.385.259-20	
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034.000		
Telefone:		Fax:		e-mail:			
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:		Membro do Conselho de Administração					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 20.987	02/04/2019			23/01/2019	31/12/2019		



Nome:	Athos de Almeida Lopes Filho				CPF:	001.573.979-12	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1486						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-000		
Telefone:	(48) 3664-4400	Fax:		e-mail:			
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:		Membro efetivo do Conselho Administrativo					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 20.784	06/06/2018			01/01/2019	31/12/2019		

Nome:	Álvaro Antônio Ribas Dourado				CPF:	385.600.549-87	
Endereço Funcional:	Rua Alcides Tombini, 33 - Paraiso - Bairro Santelmo						
Cidade:	Caçador	UF:	SC	CEP:	89.500-000		
Telefone:	(49)3561.6445	Fax:		e-mail:	alvarod@cidasc.sc.gov.br		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:		Membro efetivo (Representante dos Funcionários) do Conselho Administrativo					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 20.784	06/06/2018			01/01/2019	31/12/2019		



Nome:	Olices Osmar Santini				CPF:	141.945.979-15	
Endereço Funcional:	Rua José Francisco Dias Areias, 535 - Trindade						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.036-120		
Telefone:		Fax:		e-mail:	santini@senar.com.br		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:		Membro efetivo do Conselho Fiscal					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 20.864	27/09/2018			01/01/2019	31/12/2018		

Nome:	Eduardo Pizzolatti Miranda Ramos				CPF:	909.481.499-49	
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, nº 3180, Itacorubi						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:			
Telefone:		Fax:		e-mail:			
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:		Membro efetivo do Conselho Fiscal					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 20.864	27/09/2018			01/01/2019	31/12/2019		



Nome:	Décio Alfredo Rockenbach				CPF:	342.518.209-91		
Endereço Funcional:								
Cidade:	Florianópolis			UF:	SC		CEP:	
Telefone:		Fax:		e-mail:				
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO								
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)			Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:			Membro efetivo do Conselho Fiscal					
Ato de Designação			Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número		Data	Nome e número		Data	Início		Fim
DOE 20.864		27/09/2018				01/01/2019		31/12/2019

Nome:	Cátia Eliana Metzger Jacóbus				CPF:	908.851.989-71		
Endereço Funcional:								
Cidade:	Florianópolis			UF:	SC		CEP:	
Telefone:		Fax:		e-mail:				
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO								
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)			Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:			Membro suplente do Conselho Fiscal					
Ato de Designação			Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número		Data	Nome e número		Data	Início		Fim
DOE 20.864		27/09/2018				01/01/2019		31/12/2019



Nome:	Ditmar Alfonso Zimath				CPF:	489.983.039-49	
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034.000		
Telefone:		Fax:		e-mail:			
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:		Membro suplente do Conselho Fiscal					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 20.864	27/09/2018			01/01/2019	31/12/2019		

Nome:	Diogo Ramôa Ramos				CPF:	025.119.269-54	
Endereço Funcional:							
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:			
Telefone:		Fax:		e-mail:			
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:		Membro suplente do Conselho Fiscal					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
DOE 20.864	27/09/2018			01/01/2019	31/12/2019		



Nome:	Vanessa Souza Adami do Espírito Santo				CPF:	822.189.430-34	
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi						
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001		
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	adami@cidasc.sc.gov.br		
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO							
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Controle Interno da Unidade					
Nome do Cargo ou Função:		Gestor Estadual Auditoria Interna					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício			
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim		
Portaria 23418	06/07/2018			06/07/2018	02/06/2019		

Nome:	Eder Pires Bitencourte				CPF:	
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001	
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	ederpires@cidasc.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Controle Interno da Unidade				
Nome do Cargo ou Função:		Gestor Estadual Auditoria Interna				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
Portaria 20119	12/06/2019	Portaria 37919	07/10/2019	12/06/2019	06/10/2019	



Nome:	Alexandre de Oliveira Dias			CPF:	
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi				
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	alexandredias@cidasc.sc.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Controle Interno da Unidade				
Nome do Cargo ou Função:	Gestor Estadual Auditoria Interna				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 38019	07/10/2019			07/10/2019	31/12/2019

1.4. Competências Institucionais

Compete à CIDASC, segundo a **Lei Complementar nº 381, 07 de maio de 2007** alterada **pela Lei Complementar nº534/2011 e Lei Complementar 741/2019**:

I - executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual - SIE, por meio do registro dos estabelecimentos, seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela CIDASC;

II - promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

III - promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;



IV - prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;

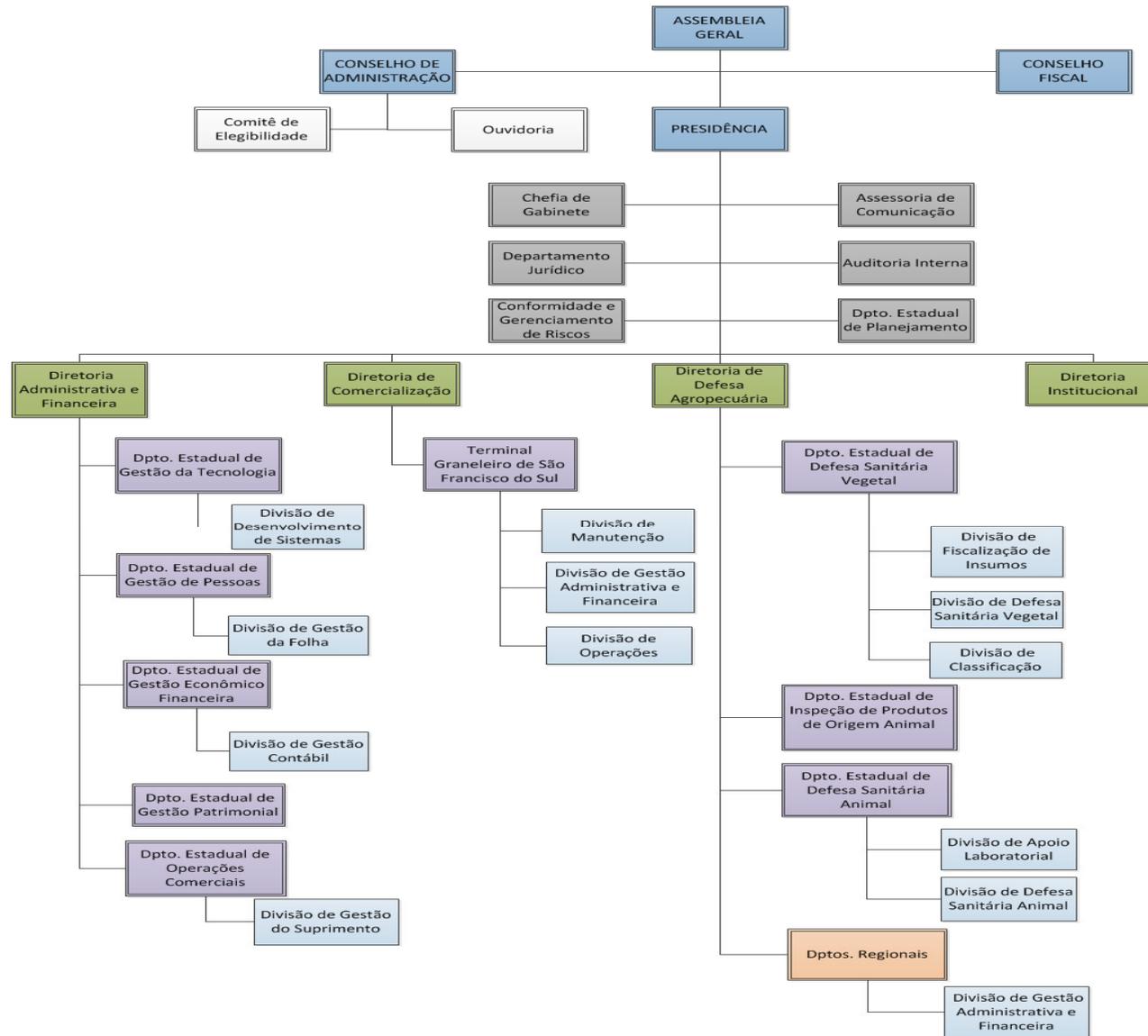
V - estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios para exercício das atividades previstas no inciso IV, bem como fiscalizar sua execução; e

VI - desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

VII – assegurar e garantir tratamento favorecido e simplificado para as agroindústrias familiares de pequeno porte e de economia solidária no sistema de inspeção e vigilância sanitária.



1.5. Organograma





2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2.1. Identidade Institucional

Visão	Missão	Valores
<ul style="list-style-type: none">• Ser reconhecida como referência e excelência em Sanidade Agropecuária	<ul style="list-style-type: none">• Executar ações de Sanidade Animal e Vegetal, Preservar a Saúde Pública, Promover o Agronegócio e o Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina	<ul style="list-style-type: none">• Excelência• Legalidade• Transparência• Credibilidade



2.2. Objetivos Estratégicos

- Controlar as doenças animais;
- Controlar as pragas e doenças vegetais;
- Garantir a idoneidade dos insumos agrícolas;
- Garantir a idoneidade dos produtos de origem animal;
- Garantir a idoneidade dos produtos classificados.

2.3. Partes Interessadas

Pessoas físicas ou jurídicas com potencial para influir positiva ou negativamente sobre objetivos e resultados da organização, mesmo que dela não participem, mas que possam ser afetadas pelo resultado de sua execução ou conclusão.

2.4. Principais parceiros

- **SAR** – Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural
- **MAPA** - Ministério da Agricultura e Abastecimento
- **MPSC** - Ministério Público de SC
- Associações de Produtores
- **ICASA** – Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária
- **EPAGRI** – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
- **CEASA** – Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A



2.5. Principais Processos Finalísticos

Defesa Sanitária Animal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Defesa Sanitária Animal	Ações com o objetivo de prevenir, controlar e erradicar doenças de impacto econômico e de importância zoonótica, visando a manutenção e ampliação do status sanitário bem como a saúde única.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Vigilância Sanitária Animal e Trânsito	Medidas de proteção ao rebanho catarinense, que é oficialmente livre de diversas enfermidades de impacto econômico e em saúde pública, minimizando o risco de introdução ou reintrodução destas enfermidades, incluindo controle e vigilância de trânsito de animais, seus produtos e subprodutos em postos de fiscalização fixos ou móveis realizando a conferência de documentos zoossanitários, como, por exemplo, Guias de Trânsito Animal, e de cargas de animais e de produtos e subprodutos de origem animal.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Vigilância Epidemiológica	Apoio à coordenação dos Programas Sanitários do Departamento de Defesa Sanitária Animal da Cidasc por meio do gerenciamento do sistema de informações zoossanitárias do estado, que compreende desde a coleta, o processamento, a análise, avaliação e divulgação dos dados e informações epidemiológicas de Santa Catarina, aliado ao contexto sanitário nacional a ao cenário internacional, visando a transparência e a sustentação da gestão sanitária.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA



Vigilância para Febre Aftosa e Síndrome Vesiculares	O Programa Estadual de Vigilância para Febre Aftosa e Síndromes Vesiculares tem o objetivo de manter o estado de Santa Catarina livre da febre aftosa sem vacinação, reunindo as garantias sanitárias necessárias para certificar a ausência da infecção nos rebanhos catarinenses por meio de um sistema de vigilância oficial e da participação comunitária.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Rastreabilidade Bovina e Bubalina	Para aperfeiçoar as medidas de vigilância sanitária nos rebanhos catarinenses recomendadas pela OIE (Organização Internacional de Saúde Animal) são realizadas atividades de identificação individual e rastreabilidade de bovinos e bubalinos, definidas pelo SRBOV-SC (Sistema de Identificação Individual e Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos de Santa Catarina).	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovina	Objetiva baixar a prevalência e a incidência da brucelose e da tuberculose, visando a erradicação destas doenças; e certificar um número elevado de estabelecimentos de criação, nos quais o controle e erradicação destas enfermidades sejam executados com rigor e eficácia, objetivando aumentar a oferta de produtos de baixo risco para a saúde pública.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA



<p>Controle da Raiva e Vigilância para Encefalopatias Transmissíveis</p>	<p>Para o controle da Raiva dos Herbívoros são executadas ações de cadastramento e monitoramento de abrigos de morcegos hematófagos, controle populacional de <i>Desmodus rotundus</i>, vigilância em áreas ou propriedades de risco, o atendimento aos focos da doença e o estímulo à vacinação dos animais.</p> <p>A vigilância para Encefalopatias Transmissíveis visa evitar a entrada do agente da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) no território nacional, aplicar medidas de mitigação de risco, como a fiscalização do fornecimento de alimentos para ruminantes nas propriedades, no intuito de evitar eventual reciclagem e difusão do agente da EEB no estado e manter um sistema de vigilância para detecção precoce de animais infectados.</p>	<p>Cidadão/Produtor/Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>
<p>Sanidade Suídea</p>	<p>Diante da importância econômica, social e cultural da suinocultura catarinense, com o intuito de controlar e/ou maximizar ganhos econômicos possibilitados pela produção de suínos (<i>Sus scrofa domesticus</i>), bem como de mitigar os riscos de transmissão de doenças relevantes para o setor produtivo suinícola e para a saúde da população, a Cidasc executa a proteção deste rebanho baseada nas diretrizes estabelecidas pela OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) e determinadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio do Departamento de Saúde Animal. Capacitações técnicas frequentes, Educação sanitária e preparo para rápida resposta a eventos sanitários nos plantéis são fundamentais nas ações de defesa sanitária animal.</p>	<p>Cidadão/Produtor/Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>



Sanidade Avícola	Principais ações do Programa de Sanidade Avícola: Sistemas de prevenção e detecção precoce de Influenza Aviária (IA) e Doença de Newcastle (DNC); Prevenir e controlar as enfermidades de interesse em avicultura e saúde pública; Resposta rápida aos eventos sanitários de IA e DNC; Vigilância, Certificação e Monitoramento dos plantéis avícolas; Aumento da biossegurança das instalações; capacitação técnica; Educação Sanitária.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Sanidade dos Caprinos e Ovinos	Ações de cadastro e atualização dos estabelecimentos de criação; orientação aos produtores; vigilância epidemiológica e sanitária nas propriedades; atendimento às doenças de notificação obrigatória e determinação de medidas sanitárias; Educação sanitária.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Sanidade dos Animais Aquáticos	O estado de Santa Catarina se destaca na produção de animais aquáticos principalmente na criação de moluscos bivalves. Setores como a carcinicultura e a piscicultura também possuem importância significativa para a economia do estado. Dessa forma, atividades que visam proteger e manter a condição sanitária desses animais devem ser empregadas para fortalecer o setor e proteger a população que consome os produtos por eles gerados. SC é o único estado que faz monitoramento oficial microbiológico e de ficotoxinas na produção de moluscos bivalves.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Sanidade das Abelhas	Apoio à Apicultura e Meliponicultura Catarinense por meio das atividades pertinentes à Defesa Sanitária Animal, como educação sanitária, investigação epidemiológica, diagnóstico, monitoramento, controle e prevenção de pragas e doenças, visando manter as colmeias saudáveis, produzindo adequadamente em quantidade e com qualidade de produtos, e que possam contribuir com o relevante trabalho da polinização dos pomares, que é de suma importância para a agropecuária do estado.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA



Sanidade Equídea	Ações de defesa sanitária animal para prevenir, diagnosticar, controlar e erradicar doenças que possam causar danos ao complexo agropecuário dos equídeos. As principais atividades desenvolvidas são educação sanitária; estudos epidemiológicos; controle do trânsito; cadastramento, fiscalização e certificação sanitária; e intervenção imediata quando da suspeita ou ocorrência de doença de notificação obrigatória.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Apoio Laboratorial	Os Laboratórios oficiais de Diagnóstico Animal da Cidasc, localizados em Chapecó e Joinville, realizam apoio importante às atividades da Defesa Sanitária Animal no estado, com a realização das seguintes atividades: Preparação, triagem, acondicionamento de amostras para o transporte até o laboratório de referência; Produção dos meios de conservação das amostras; apoio nos monitoramentos e inquéritos de doenças dos Programas Oficiais do MAPA, seja no diagnóstico ou na triagem e preparação para o transporte do material a ser analisado; O laboratório de Chapecó está credenciado para realizar exames de Anemia Infeciosa Equina para veterinários autônomos e AAT (antígeno acidificado tamponado) e TPF (teste de polarização fluorescente) para veterinários habilitados pelo Programa de Brucelose e Tuberculose e também realiza exames de AAT para a vigilância da brucelose em abatedouros como parte das ações de erradicação desta doença no estado; em Joinville são realizados exames de IFD (imunofluorescência direta) para controle e vigilância da Raiva em herbívoros e exames para vigilância de Brucelose e Tuberculose (Elisa em soro, Elisa em leite e AAT para abatedouros). Os Laboratórios implantaram o sistema de Gestão da Qualidade que continuamente é aperfeiçoado pela equipe técnica, através de treinamentos fora e dentro do estado, para garantir a qualidade dos serviços prestados à Defesa Sanitária Animal e aos clientes externos.	Cidadão/Produtor/Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA



Defesa Sanitária Vegetal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Defesa Sanitária Vegetal	Ações com objetivo estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização de insumos que controlem ou impeçam a disseminação de pragas, além da fiscalização da produção e comércio de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal veiculadores de pragas, que possam colocar em risco o patrimônio agrícola e a condição socioeconômica do estado de Santa Catarina.	Cidadão/ Empresas/ Cidadãos	Produtor/ Comércio/ Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal - DEDEV
Cadastro de Agrotóxicos	O cadastro de agrotóxicos, registrados previamente no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com a finalidade de liberação do produto para comercialização e uso no território catarinense.	Empresas/Produtor/Comércio	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Registro de Comerciantes de Agrotóxicos e Fiscalização do Comércio de Agrotóxicos	Os comerciantes de agrotóxicos devem ser registrados junto à Cidasc e prestar contas dos volumes de agrotóxicos comercializados. A Cidasc executa a fiscalização dos estabelecimentos que operam com agrotóxicos nas áreas de comércio, armazenamento, produção, importação, exportação, transporte e empresas prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos. No site da Cidasc é possível realizar a consulta de todos os estabelecimentos registrados no estado para o comércio de agrotóxicos.	Comerciantes de insumos agrícolas	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA



Fiscalização do uso de Agrotóxicos	<p>A Cidasc faz coleta de produtos vegetais para determinar a possível presença de resíduos de agrotóxicos não permitidos para a cultura, assim como para verificar se estão acima do limite máximo permitido pela legislação.</p> <p>As fiscalizações do uso são baseadas pelos receituários agrônômicos e movimentação de agrotóxicos de estabelecimentos responsáveis pela comercialização.</p>	Empresas/Produtor/Comércio	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Registro de Comerciantes de Sementes e Mudanças e Fiscalização do Comércio de Sementes e Mudanças	<p>As sementes e mudas transmitem o potencial genético para as futuras plantas, depende delas grande parte do sucesso da produção e o próprio desenvolvimento agrícola. Por isso, a necessidade de um rigoroso controle da qualidade de sementes e mudas desde a fase de campo até a comercialização para garantir um material reprodutivo que atenda as expectativas de produção.</p> <p>Para tanto, a Cidasc controla a qualidade das sementes e mudas através da fiscalização dos estabelecimentos comerciais de acordo com a legislação federal e estadual. Realizando a coleta amostral de lotes de sementes, a fim de verificar a qualidade fisiológica e viabilidade do material comercializado no estado de Santa Catarina.</p> <p>A Cidasc mantém em seu site a consulta de todos os estabelecimentos registrados no estado para o comércio de sementes e mudas.</p>	Comerciantes de insumos agrícolas	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Cursos de Habilitação para Certificação Fitossanitária e Cadastro de Responsáveis Técnicos Habilitados	<p>Para atuar como responsável técnico (RT) no sistema de certificação fitossanitária o engenheiro agrônomo ou engenheiro florestal precisam participar de curso previsto na legislação federal, que o capacitará para o cumprimento das normas de trânsito de produtos vegetais, potenciais veiculadores de pragas quarentenárias.</p> <p>Uma vez aprovado no curso de certificação fitossanitária, o RT poderá se cadastrar junto à Cidasc, com habilitação específica para a praga quarentenária objeto do curso.</p> <p>As informações são repassadas ao MAPA para compor o cadastro nacional de responsáveis técnicos da certificação fitossanitária.</p>	Responsáveis Técnicos	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV



<p>Programas de Certificação Fitossanitária para as culturas da Banana, Maçã e Citrus.</p>	<p>Os programas de certificação fitossanitária garantem a produtores, comerciantes, embaladores e consolidadores de produtos como Banana, Maçã e Citrus o acesso ao mercado nacional e internacional, atendendo os requisitos fitossanitários conforme o destino da produção.</p>	<p>Cidadão/Produtor/Empresas</p>	<p>Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV</p>
<p>Inscrição e fiscalização de Unidades de Produção e Unidades de Consolidação</p>	<p>A adesão aos sistemas de certificação fitossanitária é voluntária, frente a atual legislação federal em vigor. O interessado deve indicar um responsável técnico habilitado para a praga quarentenária de interesse, que fará todos os processos de inscrição junto à Cidasc. Uma vez inscrita, a unidade de produção (UP) e unidade de consolidação (UC) devem cumprir requisitos previstos na legislação federal. Cabe a Cidasc garantir ao MAPA e a outros estados que os processos são realizados adequadamente e que a produção catarinense não traz risco de disseminação de pragas, por meio de seus produtos vegetais comercializados.</p>	<p>Cidadão/Produtor/Empresas</p>	<p>Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV</p>



Levantamentos de detecção, delimitação e monitoramento de pragas	<p>Para a manutenção do <i>status</i> fitossanitário de Santa Catarina perante o MAPA são realizados levantamentos de pragas periodicamente.</p> <p>O estado possui <i>status</i> de Área Livre das Pragas (ALP): Moko da Bananeira (<i>Ralstonia solanacearum</i>, raça 2) e <i>Cydia pomonella</i>.</p> <p>Os levantamentos de delimitação são realizados com o intuito de identificação dos níveis populacionais, em relação àquelas presentes no estado, tais como: Cancro europeu (<i>Neonectria ditissima</i>), Cancro cítrico (<i>Xanthomonas citri</i> pv. <i>citri</i>), Sigatoka negra (<i>Pseudocercospora fijensis</i>), Thrips da ferrugem da bananeira</p> <p>Para as pragas não presentes no estado, como HLB (<i>Candidatus Liberibacter</i>), Mofo azul do fumo (<i>Peronospora tabacina</i>), Cancro bacteriano da videira (<i>Xanthomonas campestris</i> pv. <i>viticola</i>), e outras prioritárias como iminência de ocorrência no território catarinense, são realizados levantamentos de detecção, para garantir o <i>status</i> fitossanitário de praga ausente, cumprindo os requisitos fitossanitários que venham a ser exigidos por países importadores e outras unidades da federação, além de impedir os prejuízos decorrentes dessas pragas no estado.</p> <p>Segundo a Lei nº 17.825, de 12 de dezembro de 2019, os levantamentos de pragas tem ainda como objetivos coletar, processar, analisar, interpretar e divulgar dados sobre sua ocorrência, visando à adoção de medidas estratégicas ou emergenciais de controle ou erradicação eventualmente necessárias.</p>	Cidadão / Produtor / Empresas	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV
Permissão de Trânsito Vegetal – PTV	<p>A PTV é o documento final do Programa de Certificação Fitossanitária. Após todas as etapas cumpridas, o RT, produtor ou consolidador pode solicitar a emissão da PTV para sua produção. É documento de posse obrigatória para o trânsito interestadual quando são transportados produtos potenciais veiculadores de pragas quarentenárias.</p>	Cidadão / Produtor / Empresas	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV
Fiscalização do Trânsito Vegetal	<p>Fiscalização do trânsito de artigos com potencial de disseminação de pragas (plantas, partes de plantas, fruto) e fiscalização do trânsito de agrotóxicos, sementes e mudas.</p>	Cidadão/Produtor/Empresas	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA



Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Executa serviços de classificação de produtos vegetais e seus subprodutos e resíduos de valor econômico, com a finalidade de atender a legislação e conseqüentemente o mercado consumidor, facilitando a comercialização, possibilitando a importação e exportação dos produtos dentro dos padrões oficiais de classificação. Capacita produtores rurais e usuários em classificação vegetal. E, ainda, desenvolve trabalhos ligados a extensão agroindustrial, auxiliando tecnicamente as indústrias e produtores rurais.	Produtor/Empresas	Divisão de Classificação de Produtos de Origem Vegetal - DICLA
---------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------	----------------------------------------------------------------



Inspeção de Produtos de Origem Animal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Inspeção de Produtos de Origem Animal	<p>Coordena as ações de inspeção, as quais são realizadas atualmente por profissionais graduados em medicina veterinária, vinculados ao Serviço de Inspeção Estadual (SIE) através de convênios entre Cidasc e municípios catarinenses ou empresas e cooperativas credenciadas pela Cidasc.</p> <p>O objetivo do serviço de inspeção é garantir a segurança dos alimentos ao consumidor, através da inspeção <i>ante e post mortem</i> dos animais e da adoção de medidas de controle de todo processo produtivo de alimentos de origem animal. A inspeção atua prevenindo a ocorrência de zoonoses e outras doenças veiculadas pelos alimentos e contribui para a vigilância de doenças relacionadas à sanidade dos animais.</p> <p>As ações dos profissionais da Cidasc compreendem, principalmente: 1) vistorias nos locais em que as indústrias estão ou almejam se instalar; 2) realização e aprovação de projetos de fluxo de produção das agroindústrias; 3) realização de análises de processos de fabricação e de rotulagem de produtos; 4) acompanhamento e fiscalização das atividades de rotina das indústrias; 5) fiscalização das atividades dos médicos veterinários habilitados; 6) realização de coleta de produtos de origem animal para análises laboratoriais; 7) combate a fraudes; 8) combate a clandestinidade; 9) ações de educação sanitária; 10) realização e/ou apoio de pesquisas relacionadas a produção de alimentos e segurança dos alimentos.</p>	Empresas	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP



Cadastro de Frigoríficos para Novilho Precoce	<p>Trata-se de uma ação de estímulo ao trabalho de melhoramento animal, instituído pela Lei 9.183, de 28 de julho de 1993, regularmente pelo Decreto 2.908, de 26 de maio de 1998.</p> <p>Objetiva a viabilização da atividade pecuária através do aumento da produtividade; diminui o déficit de carne bovina do estado; gera maior renda e emprego no meio rural; e melhora a qualidade da carne ofertada através da redução da idade de abate, da tipificação das carcaças e do controle sanitário.</p>	Empresas	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP
Análise de Alimentos	<p>No SIE a realização das análises laboratoriais é executada periodicamente por meio de análises de monitoramento (coletas mensais) e amostras fiscalizatórias (coletas semestrais). Tais análises são realizadas visando a avaliação da conformidade dos critérios microbiológicos e físico-químicos dos produtos de origem animal, da água de abastecimento e gelo dos estabelecimentos que estão registrados no SIE.</p> <p>As análises dos produtos dos estabelecimentos SIE são realizadas em laboratórios credenciados junto à Cidasc, por meio de edital de credenciamento ou por meio de cooperação técnica com Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).</p>	Agroindústrias com SIE	Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP



<p>Credenciamento de Empresas que Realizam a Inspeção</p>	<p>O serviço de inspeção de Produtos de Origem Animal do estado de Santa Catarina (SIE-SC) adotou o sistema de credenciamento de empresas, associações e cooperativas para realização do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal em estabelecimentos registrados no SIE.</p> <p>O credenciamento das empresas e entidades é regido pelo edital de credenciamento Cidasc 001/2018, o qual possui regras e normas a serem seguidas, além de descrever e normatizar a documentação necessária para o credenciamento.</p> <p>A Cidasc atua controlando e fiscalizando as ações e procedimentos das empresas credenciadas e dos Médicos Veterinários habilitados que atuam nos estabelecimentos SIE.</p>	<p>Agroindústrias com SIE</p>	<p>Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP</p>
<p>Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI)</p>	<p>O Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), faz parte do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), que tem como objetivo padronizar e harmonizar os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a inocuidade e segurança alimentar.</p> <p>O SISBI possibilita a equivalência do serviço de inspeção do estado, Municípios e seus consórcios, com o Serviço de Inspeção Federal (SIF). A equivalência dos serviços de inspeção promove a saúde pública, o combate a clandestinidade, a segurança e qualidade dos alimentos de origem animal, bem como contribui para o fortalecimento e desenvolvimento do setor agropecuário catarinense.</p> <p>O Serviço de Inspeção Estadual de Santa Catarina aderiu, desde 2013, ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA). Tal condição permite que estabelecimentos com selo SIE possam comercializar sua produção em todas as Unidades da Federação, desde que cumpridas pelas agroindústrias as exigências de adesão a este sistema (SISBI). Além de auditar e controlar a adesão de estabelecimentos SIE visando concessão do selo SISBI, consórcios e municípios catarinenses que almejam comercializar produtos em todo o território nacional também são fiscalizados pela Cidasc.</p>	<p>Agroindústrias com SIE/ SIM/ consórcios intermunicipais.</p>	<p>Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP</p>



Educação Sanitária

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	É o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários, através de: Educação com escolares, universitários e produtores rurais; Diagnóstico Educativo; Projetos educativos específicos.	Crianças do ensino fundamental e comunidade escolar, estudantes de graduação de cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia e Agronomia, comunidade acadêmica, produtores rurais, técnicos agrícolas e médicos veterinários habilitados.	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA, Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal e Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP.

2.6. Principais Processos de Apoio

MACROPROCESSO	DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO	PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Gestão de pessoas	Dotar os órgãos de quadro efetivo, qualificado e suficiente para permitir o atendimento à sociedade	Gestão da Folha de Pagamento	Empregados/Sociedade	Departamento Estadual de Gestão de Pessoas/Divisão de Gestão da Folha
		Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas		Supervisão de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas
		Segurança e Medicina do Trabalho		Supervisão de Segurança, Medicina e Bem Estar no Trabalho
Gestão administrativa	Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado	Gestão Econômico Financeira	Empregados/ Cidadãos usuários/ Sociedade	Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeira
		Gestão Patrimonial		Departamento Estadual de Gestão Patrimonial
		Planejamento Estratégico		Departamento Estadual de Planejamento
		Comunicação com clientes internos e externos		Assessoria de Comunicação
		Gestão de Tecnologia		Departamento Estadual de Gestão de Tecnologia
		Controles Internos		Auditoria Interna
		Gestão de compras		Departamento Estadual de Operações Comerciais
		Gestão Jurídica		Departamento Jurídico



3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA

3.1. Programas do Plano Plurianual – Exercício 2019

3.1.1. IDENTIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS

Programa	Público Alvo	Objetivo
300 – Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	Moradores das áreas rurais	Melhorar a infraestrutura do meio rural, pesqueiro e regularização de áreas produtivas.
310 – Agronegócio Competitivo	Produtores rurais e atores da agroindústria	Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio catarinense, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos.
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Atores do agronegócio e consumidores	Promover a sanidade e bem-estar das populações animais e vegetais, seus produtos e subprodutos, a idoneidade dos insumos agropecuários, garantir aspectos higiênico-sanitários de segurança alimentar e preservar o meio ambiente.
850 – Gestão de Pessoas	Servidores públicos estaduais	Desenvolver ações administrativas e financeiras visando garantir aos órgãos do Estado, pessoal qualificado, comprometido e motivado à execução das políticas públicas a cargo do Governo do Estado.
900 – Gestão Administrativa – Poder Executivo	Órgãos do Poder Executivo	Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado.
915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	População residente em Santa Catarina	Garantir para a Sociedade Catarinense o cumprimento das leis, a defesa da democracia e os interesses individuais indisponíveis.



3.1.2. INDICADORES DOS PROGRAMAS

Foram levantados indicadores de resultado, no intuito de captar os efeitos da intervenção dos programas de governo nos quais a Cidasc está diretamente envolvida. Dessa forma, caso esses indicadores melhorem ao longo dos anos, é um indício de que as ações da empresa estão atingindo seus objetivos estratégicos. Os indicadores de resultado estão elencados a seguir:

Programa	Indicador	Unidade Medida	Polaridade	Ano Apuração	Valor Apuração	Meta Ano 2019
310 – Agronegócio Competitivo	Exportação catarinense de milho e soja	tonelada	Maior Melhor	2019	2.241.357	1.621.000
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Certificações sanitárias de área/zona livre de doenças animais e pragas/doenças vegetais	Unidade	Maior Melhor	2019	4	4

Fonte: SIGEF. MDIC, exportações de SC de jan-dez/2019, NCM 12019000 (soja, mesmo triturada, exceto para semeadura) e NCM 10059010 (milho em grão, exceto para semeadura).



3.2. Despesa por Programa - Exercício 2019

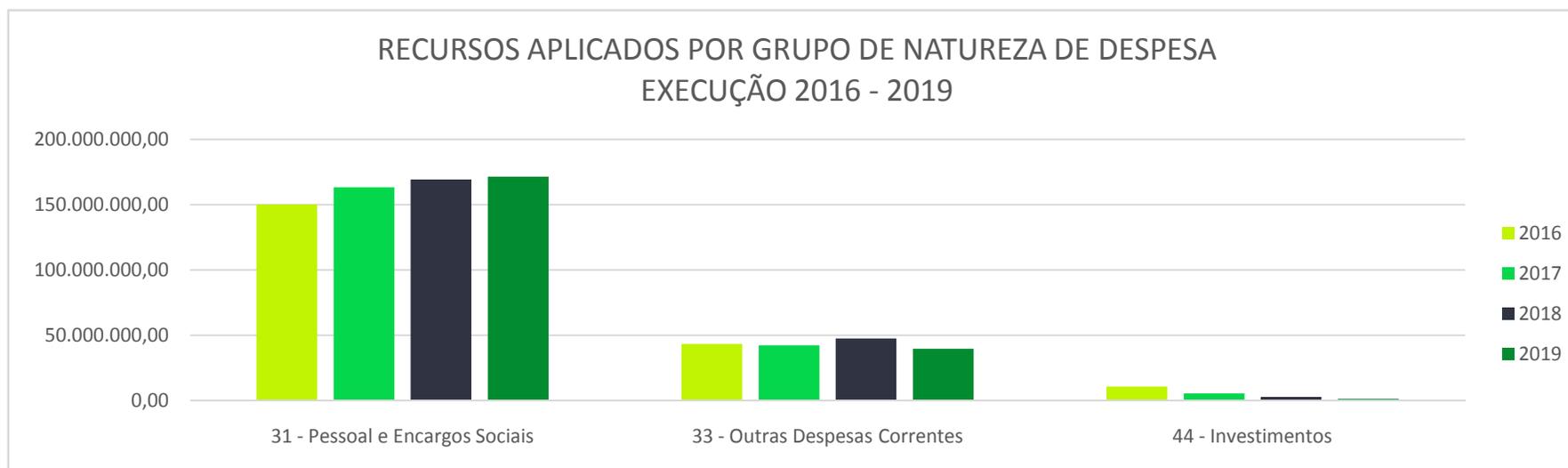
Programa / Subação	Produto (unidade de medida)	Acumulação	Meta Física 2019	Dotação Atualizada 2019	Execução 2019	%
300 – Qualidade de Vida no Campo e na Cidade						
1126 – Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais - SAR	Unidade gestora mantida (unidade)	Maior Valor	1,00	133.210,48	133.210,48	100%
310 – Agronegócio Competitivo						
183 – Movimentação de granéis no TGSFS	Granel movimentado (tonelada mil)	Maior Valor	6000	17.384.706,52	10.769.127,45	60,38%
315 – Defesa Sanitária Agropecuária						
1800 – Fiscalização de estabelecimentos inspecionados	Estabelecimento inspecionado (unidade)	Soma	2.340	1.508.150,43	350.242,22	23,22%
1919 – Laboratório de defesa agropecuária	Amostra analisada (unidade)	Soma	5.000	100.000,00	1.384,80	1,38%
2216 – Classificação de produtos de origem vegetal	Produto agrícola classificado (tonelada)	Soma	750.000	330.000,00	178.135,23	53,98%
2625 – Ações de Defesa Sanitária Vegetal	Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas (unidade)	Soma	2.000	1.832.694,04	670.577,53	36,59%
2967 – Ações de Defesa Sanitária Animal	Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas (unidade)	Soma	15.000	6.548.066,44	2.998.0007,43	45,78%
11148 – Fiscalização de insumos agrícolas	Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas (unidade)	Soma	2.250	100.000,00	0	0,00%
850 – Gestão de Pessoas						
570 – Administração de pessoal e encargos sociais - CIDASC	Servidor remunerado (unidade)	Maior Valor	1.035	185.700.316,75	182.152.219,21	98,09%
3451 – Encargos com estagiários - CIDASC	Estagiário contratado (unidade)	Maior Valor	100	500.000,00	413.262,02	82,65%
12973 – Capacitação profissional dos agentes públicos - CIDASC	Servidor capacitado (unidade)	Soma	100	50.000,00	988,00	1,98%
900 – Gestão Administrativa – Poder Executivo						
2555 – Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais - CIDASC	Unidade gestora mantida (unidade)	Maior Valor	1	17.944.828,83	11.286.995,86	62,90%
3781 – Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação - CIDASC	Estação de trabalho mantida (unidade)	Maior Valor	386	7.925.491,01	3.400.338,16	42,90%
915 – Gestão Estratégica – Ministério Público						
6499 – Reconstituição de bens lesados	Projeto aprovado (unidade)	Soma	40	61.904,68	61.904,68	100%
Total Geral				240.569.369,18	212.416.393,07	88,30%

Fonte: SIGEF



3.3. Recursos Aplicados por Grupo de Natureza de Despesa – Execução 2016 a 2019

Valores Liquidados (R\$)	Ano			
Grupo de Natureza de Despesa	2016	2017	2018	2019
31 - Pessoal e Encargos Sociais	150.245.112,02	163.381.271,89	169.230.016,92	171.461.526,41
33 - Outras Despesas Correntes	43.470.866,74	42.309.054,69	47.668.585,99	39.735.119,36
44 - Investimentos	10.721.328,75	5.472.429,97	2.906.948,23	1.219.747,30
212.416.393,07Total Geral	204.437.307,51	211.162.756,55	218.805.551,14	212.416.393,07



Fonte: SIGEF



3.4. Justificativa sobre as Subações não Realizadas ou Realizadas Parcialmente – Exercício de 2019

Nada a declarar conforme Portaria N.TC-0975/2019

3.5. Avaliação dos Programas – Execução 2019

Programas

Programa é um instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores, visando a solução de um problema, atendimento de necessidade ou demanda da sociedade, ou aproveitamento de oportunidade.

3.5.1. DESCREVA DE QUE MANEIRA OS PROGRAMAS FORAM IMPLEMENTADOS

Programa	Implementação
310 – Agronegócio Competitivo	A implementação do Programa se deu pela articulação do conjunto de ações com o objetivo de fomentar a capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio catarinense
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Realização de ações preventivas e também de inspeção e fiscalização direcionadas para manutenção da sanidade e bem-estar das populações animais e vegetais seus produtos e subprodutos, a idoneidade dos insumos agropecuários, garantir aspectos higiênico-sanitários de segurança alimentar e preservar o meio ambiente.



3.5.2. COMO É (FOI) REALIZADO O MONITORAMENTO DAS AÇÕES AO LONGO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA?

Programa	Monitoramento
310 – Agronegócio Competitivo	Para atender a forte demanda interna e de exportação, a Cidasc administra o corredor de exportação de São Francisco do Sul . Por meio dos seus terminais são escoadas as safras da região sul e do centro oeste, cerca de 12% dos grãos exportados pelo Brasil passam pelo Terminal, que opera 24 horas por dia e atende as principais empresas brasileiras exportadoras de soja, farelo de soja e milho. O terminal graneleiro possui 2 armazéns e a pesagem de caminhões e vagões é feita por balanças eletrônicas, os caminhões são descarregados através de tombadores e os vagões em moegas próprias.
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Defesa Sanitária Vegetal e Fiscalização de Insumos Agrícolas: Trabalho estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção e do comércio de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal veiculadores de pragas, que possam colocar em risco o patrimônio agrícola e a condição socioeconômica do Estado. Também realiza fiscalização dos estabelecimentos que comercializam e armazenam agrotóxicos, registro de estabelecimentos, cadastro de agrotóxicos, controle de qualidade de sementes e mudas, verificação de resíduos de agrotóxico em produtos orgânicos e convencionais. Defesa Sanitária Animal: Desenvolvimento de ações de controle e combate às principais doenças que atacam os rebanhos catarinenses. Conta com um laboratório de análises próprio para detecção de doenças animais que realizou em 2019 aproximadamente 17.293 exames para os seguintes diagnósticos: Exames de Raiva, Tuberculose, Brucelose e Anemia Infecciosa Equina. Inspeção de Produtos de Origem Animal: Serviços de inspeção de produtos de origem animal, com a finalidade de permitir a comercialização destes produtos entre municípios e garantir a qualidade dos produtos que chegam à nossa mesa. Permeando todas as atividades do programa está a Educação Sanitária Agropecuária, que é uma atividade estratégica, instrumento da defesa agropecuária, que visa garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva e da sociedade em geral, com intuito de educar e desenvolver consciência crítica no público-alvo.

3.5.3. QUAIS SÃO (FORAM) OS RESULTADOS ENCONTRADOS?

Programa	Resultados
310 – Agronegócio Competitivo	Em 2019 movimentou mais de 5,4 milhões de toneladas de granéis sólidos.
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Preservação da sanidade animal, vegetal, a idoneidade dos insumos agropecuários e aspectos higiênico-sanitários dos alimentos.



3.5.4. COMO É (FOI) REALIZADA A AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS PELO PROGRAMA?

Programa	Avaliação
310 – Agronegócio Competitivo	Acompanhamento da Exportação catarinense de milho e soja (milhões de toneladas exportadas)*
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Certificações sanitárias de área/zona livre de doenças animais e pragas/doenças vegetais.

* MDIC, exportações de SC de jan-dez/2019, NCM 12019000 (soja, mesmo triturada, exceto para semeadura) e NCM 10059010 (milho em grão, exceto para semeadura).

3.5.5. QUAIS SÃO (FORAM) OS IMPACTOS CAUSADOS NA SOCIEDADE?

Programa	Impactos
310 – Agronegócio Competitivo	Aquecimento econômico do estado e consequente incremento das exportações de milho e soja.
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Aumento de estabelecimentos legalizados com Selo de Inspeção Estadual (SIE), maior padronização na conversão de esforços para inocuidade e segurança alimentar. Elevação no Índice de conformidade das análises de resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal (Hortaliças e Frutas). Desenvolvimento de ações de controle e combate às principais doenças que atacam os rebanhos catarinenses.



3.6. Contingenciamento de Despesas – Exercício 2019

Contingenciamento de despesas no EXERCÍCIO 2019 (limitação de empenho - art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas razões, indicando os efeitos provocados na gestão orçamentária e as consequências sobre os resultados planejados.

Fonte de Recursos	Orçamento atualizado (R\$ mil)	Programação Financeira Liberada (R\$ mil)	Saldo Contingenciado (R\$ mil)
010000000	179.076.153,47	178.480.319,88	595.833,59
010100000	-	1.162.445,27	- 1.162.445,27
021900000	2.281.763,53	2.232.326,95	49.436,58
024000000	47.542.140,52	27.140.000,04	20.402.140,48
026000000	43.667,00	9.848,43	33.818,57
026900000	1.299.825,93	1.284.050,41	15.775,52
028000000	23.520,62	23.520,76	- 0,14
028500000	111.486,00	29.410,96	82.075,04
029800000	946.195,00	-	946.195,00
061900000	846.650,99	846.650,99	-
066900000	529.727,96	467.823,08	61.904,88
730000000	1.856,80	-	1.856,80
066000000	9.800,82	9.800,82	-
064000000	3.583.210,21	3.583.210,21	-
068500000	765.898,45	765.898,45	-
069800000	2.521.913,09	2.521.913,09	-
062800000	856.628,39	856.496,89	131,50
764000000	84.608,59	78.824,73	5.783,86
068000000	44.321,81	44.321,81	-



3.6.1. RAZÕES PARA CONTINGENCIAMENTO

Em 30 de abril de 2019, foi publicado o Decreto Estadual nº 112, que trata da programação financeira e o cronograma de execução mensal do desembolso. Tal documento reflete o planejamento financeiro para o exercício de 2019, por meio do qual são fixadas as cotas mensais de programação financeira, correspondentes aos limites de empenhamento das unidades gestoras, por fonte de recurso.

A programação financeira é elaborada a partir de amplo estudo que considera, dentre outras variantes, a execução orçamentária ordinária das unidades gestoras em períodos anteriores, a tendência de comportamento da arrecadação, e o contexto econômico local, regional, nacional e mundial.

Os valores financeiros referentes às fontes relacionadas a convênios com o Governo federal e de financiamentos são contingenciados na sua totalidade, e liberados no curso do ano na medida em que se verifica o ingresso dos recursos nas respectivas contas bancárias.

Para 2019, a programação financeira foi fortemente influenciada pela transferência da operacionalização do Corredor de Exportação presente no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, conforme Resolução ANTAQ nº 6881 e, posteriormente, a transferência da operacionalização da área remanescente (serviço de armazenagem) para SCPAr Porto de São Francisco, conforme Resolução nº 018/2019.

Nos quadros acima estão detalhados o Orçamento autorizado, a programação financeira liberada e o saldo contingenciado. Abaixo os efeitos provocados pelo contingenciamento nos resultados planejados pela unidade jurisdicionada.

3.6.2. EFEITOS PROVOCADOS

Em virtude da queda na arrecadação de recursos oriundos da principal fonte de recursos da Cidasc (fonte de recurso 0240000000), foi necessário para o cumprimento da responsabilidade fiscal, contingenciar despesas de modo que foi atendido somente o estritamente necessário para viabilizar as atividades da empresa e manter o status sanitário de excelência que possui o Estado de Santa Catarina. Contudo os investimentos necessários para modernização e ampliação dos serviços prestados pela Cidasc ficaram comprometidos no exercício de 2019.

3.7. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não apresentamos passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

3.8. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não apresentamos restos a pagar por mais de um exercício financeiro.



4. ACOMPANHAMENTO FÍSICO FINANCEIRO

4.1. Execução Física e Financeira do Plano Plurianual em 2019

Comparação das metas físicas e financeira previstas e realizadas, em valores nominais e relativos, justificando as ações não realizadas ou realizadas parcialmente.

4.1.1. OBJETOS DE EXECUÇÃO ATIVIDADES EXECUTADAS EM 2019

Programa / Subação	Objeto de Execução	Produto (unidade medida)	Acumulação	Valores						
				PL Fis.	PL Fin.	Real. Fis.	(%Fis)	Real. Fin.	(%Fin)	
300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade										
11341 - Apoio a projetos de desenvolvimento rural e pesqueiro - SAR	2018.4 - Aquisição de 15 kits de ELISA para CIDASC	Projeto apoiado (unidade)	Soma	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
310 - Agronegócio Competitivo										
183 - Movimentação de graneis no TGSFS	2012.1 - Movimentação de graneis no terminal graneleiro de são francisco do sul	Granel movimentado (tonelada mil)	Soma	6.000,00	18.465.000,00	5.461,59	91,0%	10.769.127,45	58,3%	
315 - Defesa Sanitária Agropecuária										
11148 - Fiscalização de insumos agrícolas	2016.4 - Coleta de amostras e fiscalização do uso e comércio de insumos agrícolas	Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas (unidade)	Soma	2.250,00	100.000,00	1.098,00	48,8%	0,00	0,0%	
1800 - Fiscalização de estabelecimentos inspecionados	2016.1 - Fiscalização em estabelecimentos, auditorias, ações de combate à clandestinidade	Estabelecimento inspecionado (unidade)	Soma	2.340,00	1.133.945,00	2.358,00	100,8%	350.242,22	30,9%	
1919 - Laboratório de Defesa Agropecuária	2016.12 - Análises de amostras laboratoriais para diagnóstico de doenças animais	Amostra analisada (unidade)	Maior Valor	0,00	100.000,00	0,00	0,0%	1.384,80	1,4%	
2216 - Classificação de produtos de origem vegetal	2015.19 - Classificação de produtos de origem vegetal	Produto agrícola classificado (tonelada)	Soma	750.000,00	300.000,00	754.455,33	100,6%	178.135,23	59,4%	



2625 - Ações de Defesa Sanitária Vegetal	2016.3 - Fiscalização de unidades de produção, consolidação e monitoramento de pragas (inspeções)	Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas (unidade)	Soma	2.000,00	1.380.432,00	2.930,00	146,5%	670.577,53	48,6%
2967 - Ações de Defesa Sanitária Animal	2016.2 - Fiscalização de propriedades rurais, eventos e trânsito de animais e produtos animais	Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas (unidade)	Soma	15.000,00	7.956.975,00	13.577,00	90,5%	2.998.007,43	37,7%
850 - Gestão de Pessoas									
12973 - Capacitação profissional dos agentes públicos - CIDASC	2016.16 - Cursos e treinamentos do corpo técnico e administrativo da CIDASC	Servidor capacitado (unidade)	Soma	50,00	50.000,00	4,00	8,0%	988,00	2,0%

Fonte: SIGEF

Justificativa sobre as ações não realizadas ou realizadas parcialmente:

OE 2018.4

Metas física e financeira não executadas pois a descentralização de crédito efetuada pela SAR não foi utilizada tempestivamente por questões burocráticas.

OE 2012.1

Meta física executada e meta financeira parcialmente executada pois o TGSFS seguiu suas atividades normalmente, contudo, o ônus financeiro foi repassado à SCPAr em meados do ano de 2019. Para o próximo exercício, este OE não será mais vinculado ao PPA da Cidasc.

OE 2016.4

Meta física parcialmente executada e meta financeira não executada. Meta física realizada parcialmente pois as atividades foram realizadas pelos mesmos profissionais que executam o OE 2016.3, que teve meta física realizada em excedente (146%). O acréscimo de atividades relacionadas ao OE 2016.3 prejudicou a execução do OE 2016.4. Meta financeira não realizada, utilização de recursos compartilhada entre diversas áreas; e, a não utilização



tempestiva de todo o saldo de recurso de convênios que será utilizado em 2020 para aquisição de equipamentos. Para o ano de 2020, já não consta este OE, devido às dificuldades de segregar os gastos destas atividades.

OE 2016.1

Meta física realizada e meta financeira parcialmente utilizada, devido à utilização de recursos compartilhada entre diversas áreas; e, a não utilização tempestiva de todo o saldo de recurso de convênios que será utilizado em 2020 para aquisição de equipamentos.

OE 2016.12

Meta física inexistente e meta financeira subutilizada. Meta financeira subutilizada porque a atividade é realizada pela área de Defesa Animal, utilizando recursos desta. OE foi encerrado durante o ano de 2019 e não mais constará no PPA a partir de 2020, devido às dificuldades de segregar os gastos desta.

OE 2016.3

Meta física realizada com excedente e meta financeira realizada parcialmente. A meta física extrapolada se deve à utilização de recursos humanos da área vegetal concentrados nessas atividades em detrimento de algumas atividades da fiscalização de insumos, pela escassez de mão-de-obra. A meta financeira realizada parcialmente se deve à utilização de recursos compartilhada entre diversas áreas; e, a não utilização tempestiva de todo o saldo de recurso de convênios que será utilizado em 2020 para aquisição de equipamentos.

OE 2016.16

Meta física e meta financeira realizadas parcialmente. Tanto meta física como meta financeira não foram atingidas devido ao uso de recursos da área finalística para as capacitações de seus funcionários, restando para esta subação (12973) apenas capacitações da área meio da empresa, que não foram expressivas em 2019.



4.2. Análise da Execução das Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - 2019

Função / Programa / Subação	Valores			
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Valor Liquidado	(% Liq)
20 - Agricultura	7.956.975,00	6.548.066,44	2.998.007,43	45,8%
315 - Defesa Sanitária Agropecuária	7.956.975,00	6.548.066,44	2.998.007,43	45,8%
2967 - Ações de Defesa Sanitária Animal	7.956.975,00	6.548.066,44	2.998.007,43	45,8%
3 - Essencial à Justiça	0,00	61.904,68	61.904,68	100,0%
915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	0,00	61.904,68	61.904,68	100,0%
6499 - Reconstituição de bens lesados	0,00	61.904,68	61.904,68	100,0%
Total geral	7.956.975,00	6.609.971,12	3.059.912,11	46,3%



5. GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Composição do quadro de servidores ativos	
TIPOLOGIA DOS CARGOS	Qtde
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1162
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.020
1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão	19 servidores (Estado SC) 123 servidores (Municípios SC)
2. Servidores com Contratos Temporários	0
3. Servidores Terceirizados	78
Total de Servidores (1+2+3)	1240

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da unidade	
CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS	Qtde
1. Cargos em Comissão (Grupo Direção e Assessoramento Superior)	5
1.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4
1.3. Servidores vinculados a Outros Órgãos	1
1.4. Sem Vínculo	0
1.5. Aposentados	0
2. Funções Gratificadas (2.1 + 2.2)	84
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	84
2.2. Servidores de carreira vinculados a outros órgãos ou esferas	0
Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	89

Quantificação do quadro de pessoal, segundo a escolaridade		
Fundamental incompleto	17	2%
Fundamental completo	25	2%
Médio completo	355	35%
Superior incompleto	44	4%
Superior completo	459	45%
Especialização completa	83	8%
Mestrado completo	30	3%
Doutorado completo	7	1%

Quantificação do quadro de pessoal, segundo a idade		
Até 24 anos	0	0%
De 25 a 34 anos	126	12%
De 35 a 44 anos	428	42%
De 45 a 54 anos	265	26%
Mais de 55 anos	201	20%

Quantificação do quadro de pessoal, segundo o gênero		
Masculino	693	68%
Feminino	327	32%

Distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e terceirizados		
TIPOLOGIA DOS CARGOS	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	226	936
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	193	827
1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão	13 servidores (Estado SC) 20 servidores (Municípios SC)	6 servidores (Estado SC) 103 servidores (Municípios SC)
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores Terceirizados	78	0
Total de Servidores (1+2+3)	304	936

Quantificação do quadro de pessoal, segundo o tempo de serviço		
Até 5 anos	158	15%
De 6 a 10 anos	296	29%
De 11 a 15 anos	390	38%
De 16 a 20 anos	1	0%
De 21 a 25 anos	17	2%
Mais de 25 anos	158	15%



5.1.1. POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL

As políticas de capacitação e treinamento de pessoal seguem as orientações do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), Plano Gerencial (PG) e estão alinhadas às Normas de Capacitação da CIDASC. A qualificação profissional dos empregados da CIDASC deve proporcionar a promoção do desenvolvimento pessoal, por meio de sua qualificação e aperfeiçoamento técnico, a valorização, por meio da maturidade profissional, o aumento da escolaridade dos empregados, visando o seu melhor desempenho, proporcionando soluções inovadoras para as demandas da Companhia, o desenvolvimento da cultura organizacional da Companhia, baseada no modelo de gestão por resultados e a melhora da administração, por meio da capacitação. As ações de capacitação devem estar sintonizadas com a missão e os objetivos da Companhia, devendo ainda ser planejadas e implementadas de forma a atender as áreas meio e fim, contribuindo para a excelência da Companhia. As Normas de Capacitação da CIDASC tem como objetivos gerais: elevar os níveis de qualidade e eficiência dos serviços prestados pela empresa, promover a valorização e o desenvolvimento profissional dos empregados, apoiar o planejamento e o desenvolvimento institucional, favorecendo o aprimoramento de competências individuais e coletivas, articular as políticas de qualificação profissional com os objetivos da empresa, integrar as necessidades individuais e organizacionais aos aspectos de qualificação e desenvolvimento de pessoas. As ações de capacitação podem gerar a pontuação na Avaliação da Maturidade Profissional do empregado ou a progressão de carreira, conforme o regramento específico.

5.1.2. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANO

O indicador utilizado atualmente pela empresa na Avaliação de Resultados é a participação de funcionários na área meio (número de funcionários na área meio/ número total de funcionários). O anexo III do PCCS – Avaliação de Resultado também considera indicadores de desempenho operacional do plano de trabalho.



5.2. Quadro de Pessoal da Unidade Gestora – Mensal – Valores

Vínculo *	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês **												TOTAL
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	8.346.026	7.850.948	7.867.279	7.764.208	7.631.983	7.890.181	8.164.642	7.848.944	7.468.952	7.438.247	9.087.708	11.601.407	98.960.525
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	18.251	13.384	14.909	14.064	13.894	14.914	23.978	13.613	14.574	13.384	13.384	26.768	195.117
Estagiários	33.781	34.562	34.977	36.373	34.938	34.078	36.060	35.288	33.646	36.073	30.300	33.186	413.262
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	19.847	19.167	15.312	8.061	8.061	8.061	8.061	8.061	8.061	8.061	9.537	10.977	131.267
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	217.560	184.100	215.108	159.557	391.794	374.820	337.924	361.802	388.444	364.340	439.727	592.262	4.027.438
Jovem Aprendiz	42.365	29.161	33.292	40.420	37.586	36.983	43.536	42.422	38.648	37.868	50.482	53.346	486.109
Total	8.677.830	8.131.322	8.180.877	8.022.683	8.118.256	8.359.037	8.614.201	8.310.130	7.952.325	7.897.973	9.631.138	12.317.946	104.213.718

NOTAS: * Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos. ** Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade da Unidade Gestora. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatórios integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda, no caso de unidades gestora do Estado, a previdência complementar SC PREV.



5.3. Quadro de Pessoal da Unidade Gestora – Mensal – Quantidade

Vínculo	Quantidades/Mês*											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	1006	1005	1004	1009	994	994	994	991	989	989	987	983
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Estagiários	57	62	66	67	64	57	59	60	61	59	50	53
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	16	16	16	16	15	15	16	16	16	16	16	16
Jovem Aprendiz	50	49	49	44	52	56	57	56	55	53	56	56
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	19	20	19	18	32	32	32	34	37	37	37	38
Total	1151	1155	1157	1157	1160	1157	1161	1160	1161	1157	1149	1149

NOTAS: Fonte Relatório SIGRH emitido em 14/02/2020.

* Quantidade existente no último dia do mês.



5.4. Demonstrativo de Postos de Trabalho na Unidade Gestora por Meio De Contratos de Terceirização de Serviços

Discriminação dos Postos de Trabalho (por Categorias/Funções) *	MÊS/QUANTIDADE												Despesa Liquidada Anual
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
COPEIRA - 08 horas	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COZINHEIRA - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
DIGITADOR - 06 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
JARDINEIRO - 08 horas	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
MOTORISTA - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
RECEPCIONISTA - 08 horas	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17
SERVENTE - 08 horas	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42
TELEFONISTA - 06 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
VIGILÂNCIA - 24 horas	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
Total	79	79	79	78									

NOTAS: * Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês. Deve ser informado os postos de trabalho por categoria/função (atividade contratada). Exemplo: recepcionista, digitador, servente, copeira etc. Na Despesa Liquidada Anual preencher o somatório das despesas do exercício de todos os postos, sendo facultativo o preenchimento do valor anual de cada posto.



5.5. Remuneração Anual Paga a Membros de Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal da Unidade Gestora

Cargo	Remuneração/Jeton *	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual **
Diretoria:	721.706,39				701.706,38
Presidente (jan-mar)***	30.159,34	-	-	-	30.159,34
Presidente (mar-dez)***	244.024,08	-	-	-	244.024,08
Diretor (a) Administrativo e Financeiro (jan-mar)	29.400,00	-	-	-	29.400,00
Diretor (a) Administrativo e Financeiro (jun-dez)	76.344,02	-	-	-	76.344,02
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	169.734,53	-	-	-	169.734,53
Diretor (a) de Comercialização	37.022,22	-	-	-	37.022,22
Diretor (a) Institucional	135.022,20	-	-	-	135.022,20
Conselho Fiscal:	49.980,00				49.980,00
Conselheiro (a)	16.660,00	-	-	-	16.660,00
Conselheiro (a)	16.660,00	-	-	-	16.660,00
Conselheiro (a)	16.660,00	-	-	-	16.660,00
Total					

NOTAS: * Remuneração: Valor fixado em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei 6.404/1976). Jeton: Gratificação pela participação em reuniões de órgãos de deliberação coletiva da administração centralizada e autárquica, conforme definido em lei ou no estatuto do órgão ou entidade.

** Despesa Líquida Anual: Totalização do valor anual pago a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, (deduzido eventuais descontos e tributos retidos).

*** A discrepância entre os valores mensais dos presidentes de jan-mar e de mar-dez se deve à diferença da forma de contratação de ambos, sendo o primeiro não pertencente ao quadro de funcionários, recebendo valor fixado para o cargo e a segunda, médica veterinária de carreira na empresa, portanto, sua remuneração condiz com o nível em que se enquadra no plano de carreira da Cidasc e demais prerrogativas de funcionária.



6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

O Departamento Estadual de Gestão Patrimonial – DEPAT, unidade diretamente subordinada a Diretoria Administrativa e Financeira, é formado por 04 (quatro) Supervisões Estaduais, a Supervisão Estadual de Gestão do Patrimônio – SEPAT, a Supervisão Estadual de Gestão de Veículos - SEVEI, a Supervisão Estadual de Gestão do Serviços e a Supervisão Estadual de Gestão Documental – SEDOC, quais são responsáveis por gerir a parte operacional da empresa, visando dar o suporte para que seja atingida a finalidade CIDASC.

Dentre as competências do DEPAT, cumpre ressaltar em sentido *lato* que auxiliamos na elaboração do Planejamento Anual, inserindo as atividades, metas e melhorias a serem implantadas no exercício seguinte, com na experiência dos anos anteriores, elaboração de relatórios para Diretoria Executiva e demais Unidades Organizacionais, realização de reuniões cotidianas para aperfeiçoar o desenvolvimento do trabalho, supervisionar tecnicamente as atividades de sua competência, sugerir a melhoria de procedimentos em consonância com as demais área da empresa e zelar pelos bens patrimoniais da Companhia.

Já as competências em sentido *stricto*, são relativos à gestão do patrimônio, projetos de engenharia, administração da frota de veículos e sistema de locomoção de pessoas, gestão documental eletrônica, protocolo e arquivamento, além da segurança, limpeza e manutenção do patrimônio, bem como os serviços de copa e gestão do contrato dos terceirizados no âmbito estadual. Desta forma, é realizada a confecção de instruções de serviço e propostas instruções normativas referente ao nosso escopo de atuação, além de realizar o controle da utilização e despesas com veículos, controle dos contratos de terceirizados e demais termos firmados com outros entes públicos, controlando o seu prazo de vigência, avaliar a política de seguros veiculares em conjunto com a Diretoria, bem como controlar processo de sinistro. Também cabe o controle do auditório da empresa, dando o suporte necessário para os eventos realizados, não esquecendo da guarda de documentos no arquivo permanente e controle de sua temporalidade. Além de promover e controlar os registros de imóveis, suas alterações, licenças, baixas, averbações, regularidade patrimonial, escrituras, regularidade tributária, cessões de uso, serviços cartorários e manter sob sua guarda os processos de sindicância patrimonial.

6.1. Bens Móveis

Em função de sua atuação em todo o território catarinense, com os seus 19 (dezenove) Escritórios Regionais e 01 (um) Terminal Graneleiro, a CIDASC tem um número significativo de bens móveis que possibilitam aos seus trabalhadores desempenharem suas atividades com excelência, a fim de que seja mantido e ampliado o Status Sanitário Vigente, almejando continuar sendo reconhecida como Excelência em Sanidade Agropecuária.

Para que mantenhamos a estrutura sanitária para promoção da Saúde Pública a CIDASC conta com uma frota de 637 (seiscentos e trinta e sete) veículos, sendo a quinta frota do Estado de Santa Catarina, destes veículos, 156 (cento e cinquenta e seis) se encontram em Convênios com outros Órgãos do Governo, principalmente Prefeituras, as quais cedem servidores efetivos à CIDASC para execução de ações de Defesa Agropecuária, fazendo com que a capilarização dos serviços executados pela empresa seja manifestada nos 295 (duzentos e noventa e cinco) municípios que compõem o Estado Catarinense.



6.2. Bens Imóveis

A CIDASC possui 41 (quarenta e um) imóveis para abrigar suas necessidades, sendo 04 (quatro) em Florianópolis, 03 (três) no Departamento Regional de Caçador, 04 (quatro) no Departamento Regional de Campos Novos, 01 (um) no Departamento Regional de Canoinhas, 02 (dois) no Departamento Regional de Chapecó, 01 (um) no Departamento Regional de Concórdia, 03 (três) Departamento Regional de Criciúma, 01 (um) no Departamento Regional de Itajaí, 03 (três) no Departamento Regional de Joinville, 01 (um) no Departamento Regional de Lages, 01 (um) no Departamento Regional de Mafra, 02 (dois) no Departamento Regional de Rio do Sul, 02 (dois) no Departamento Regional de São Joaquim, 02 (dois) no Departamento Regional de São Lourenço do Oeste, 03 (três) no Departamento Regional de São Miguel do Oeste, 04 (quatro) no Departamento Regional de Tubarão e 04 (quatro) no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

6.3. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

O Departamento Estadual de Gestão da Tecnologia da Informação – DEGET É constituído por uma divisão e duas supervisões, que compreendem profissionais ligados as áreas de Tecnologia, Redes, Telecomunicações, Desenvolvimento de Sistemas e Suporte ao Usuário. O objetivo deste Relatório é demonstrar as atividades desenvolvidas pelo DEGET no período compreendido entre janeiro a dezembro de 2018, informando aos colaboradores desta Instituição, bem como à comunidade em geral, os resultados do trabalho desempenhado pelas equipes deste departamento, e, que, contribuem ativamente na melhoria da defesa agropecuária do Estado de Santa Catarina. Na sequência serão apresentados, de forma resumida uma avaliação das atividades de maior relevância institucional realizados por cada um dos setores deste departamento.

DEGET – Departamento Estadual de Gestão da Tecnologia

O DEGET, na sua competência, durante o ano de 2018, implementou o aperfeiçoamento do sistema de monitoramento de serviços de TI, o que possibilitou uma melhor análise dos serviços suportados pelo Departamento Estadual de Gestão da Tecnologia. Com as constantes melhorias nos sistemas criados e administrados por este Departamento foi possível ter pró-atividade na identificação de eventuais problemas, anomalias e controle da rede, identificação de problemas nos sistemas desenvolvidos pela CIDASC, bem como oferecer novas soluções para os serviços prestados internamente (aos empregados) ou externamente (a sociedade).

Com o decorrer do ano de 2018, uma demanda de criticidade e complexidade extrema tornou-se prioridade, e o departamento com seu corpo técnico, em conjunto com as Diretorias Administrativa Financeira, Diretoria de Comercialização e Presidência, contribuiu ativamente no processo de Alfandegamento do Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, evitando assim o seu fechamento por parte da Receita Federal Do Brasil.

O terminal, que é responsável por mais de 80% das receitas de custeio da CIDASC, exigiu a execução emergencial do projeto de alfandegamento. A fim manter o funcionamento de tão importante estrutura e para atender os requisitos exigidos pela Receita Federal do Brasil, foram gastos, R\$1.165.154,2



(hum milhão, cento e sessenta e cinco mil cento e cinquenta e quatro reais e vinte centavos em atividades que compreenderam desde a recuperação das infraestruturas lógicas danificadas pela falta de manutenção, a aquisição da atualização das balanças de fluxo do corredor de exportação, aplicação das novas soluções OCR, ampliação do circuito de câmeras, das integrações do controle de acesso, aplicações e licenças para o funcionamento do sistema de segurança (GENETEC), este atualizado para atender as demandas da Receita Federal do Brasil.

SETEL - Supervisão de Infraestrutura de Redes e Telecomunicações

No decorrer do ano de 2020, a Supervisão de Infraestrutura de Redes e Telecomunicações - SETEL executou a troca do banco de baterias do nobreak pelo fim de vida útil do mesmo, no intuito de garantir a disponibilidade e integridade dos servidores, em caso de falha no fornecimento de energia. Complementando essas atividades de manutenção preditiva, foi renovado também o contrato de manutenção do gerador de energia, para que o mesmo possa manter o fornecimento ininterrupto de energia elétrica, de maneira confiável e complementar ao nobreak, caso qualquer anomalia ocorra na rede externa proveniente da concessionária. Tais ações visam manter a disponibilidade e integridade do SIGEN+, e dos demais sistemas da CIDASC. Foi feita a renovação da garantia dos firewalls para mais 2 anos, e foi feita a renovação da garantia dos servidores de Sfs que acaba em maio de 2020.

DISIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas DISIS

- Projetos/demandas atendidos para Diretoria de Defesa Agropecuária.

01- Aplicativo SIGEN+, Atendimento inicial para DEDSA, DEINP e DEDSV - referente ao atendimento inicial e TAS finalização do projeto e consequente manutenção e melhorias

02- Manutenção do site da Cidasc - Atualização das informações conforme demanda e manutenção constante da plataforma e tecnologias utilizadas.

03- Informatização do processo de homologação do programa Novilho Precoce - Concluído e entregue e consequente manutenção e melhorias

04- Envio de dados PGA (Plataforma de Gestão Agropecuária) - Manutenção da funcionalidade e monitoramento dos envios. O estado de Santa Catarina mantém atualizados os dados solicitados pelo MAPA com envios diários.

05- Webservice para acesso das agroindústrias - Manutenções efetuadas e monitoramento constante para o pleno funcionamento.

06- Manutenção do ambiente de treinamento - Dados do treinamento reformulados e já disponibilizados para uso

07- Atendimento das solicitações do ICASA (Relatórios, alterações no sistema, treinamento)

08- Informatização da requisição de insumos PNCEBT - Concluído e entregue e consequente manutenção e melhorias

09- Sistema da classificação migrado para WEB



Dados estatísticos:

Estão sendo apresentados aqui dados referentes a ano de 2019 até 31/12.

E-relacionamentos (chamados) finalizados: 11.296.

Média de 44,298 e-relacionamentos finalizados por dia.

Quantidade de Usuários do sistema:

Ativos: 227.833

Os usuários ativos são:

Produtores: 215.324

Colaboradores: 1.236

Médico Veterinário: 1.420

Fiscal Federal: 102

Agroindústria: 984

Apoio Agropecuário: 561

Número de GTAs (Guias de Trânsito Animal) emitidas: 1.343.484 média diária 3680 -

Número de UEPs Ativas: 666811

Número de Atestados de exame PNCEBT (Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose) registrados no Sigen+: 29.715.

Número de outros Atestados de exame registrados no sistema: 110.973

Numero de PTV's (Permissão de Trânsito) emitidas: 72.696

Numero de CFO's emitidos: 39.334

Numero de CFO's emitidos:37.235

Produtores primários que aderiram ao e-origem:2.157

Produtos cadastrados no e-origem:

Receituários Agronômicos emitidos:1.213.561



- Projetos/demandas atendidos para Diretoria Administrativa e Financeira.

01- Manutenção e melhorias implementadas nos sistemas administrativos, decorrentes de alteração na legislação Trabalhistas/Tributárias nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Além de processos internos:

02-Avaliação de desempenho

03-Controle de ponto

04-Gestão da folha de pagamento

05-Terminal graneleiro com alfandegamento e integração com siscomex

06-Veículos, requisição sem papel

07-Prestação de contas em meio eletrônico

08-Contas a pagar, implementação de solicitação de orçamento e ressarcimento também em meio eletrônico entre outros.

SESTI – Supervisão de Suporte em Tecnologia da Informação

- As atividades desempenhadas por esta supervisão visam manter a padronização e conformidade do parque tecnológico da CIDASC.
- As atividades incluem manutenções preventivas nos equipamentos de propriedades da CIDASC, manutenções corretivas, auditorias de licenças e equipamentos, padronização dos softwares do parque, assim como análise técnica de editais de licitação e pareceres técnicos.
- Esta supervisão também é responsável pela gestão patrimonial do parque tecnológico, estabelecendo a logística de recebimento, remanejo e distribuição dos equipamentos de TI.
- Esta supervisão é responsável pela gestão dos e-mails (criação, inclusão nas listas, e redefinição de senha).
- Esta supervisão é responsável pela criação, gestão e exclusão de usuários
 - o Criação – no AD, e-mail e Sistemas
 - o Exclusão – No ato da demissão (sistemas, AD e e-mails)



- o Gestão – AD, sistemas administrativos, e e-mail.
- Esta supervisão é responsável pela concessão, remoção e manutenção das permissões sistemas administrativos, respeitando a cadeia hierárquica organizacional da CIDASC.
 - Esta supervisão é responsável pela triagem dos bens patrimoniais de TI que são encaminhados para os leilões, assim como participa ativamente em conjunto com a Supervisão de Gestão Patrimonial, para o loteamento dos bens de TI considerados reutilizáveis.
 - Esta supervisão em 2019 promoveu economia máxima de recursos, reaproveitou ao máximo os insumos consumíveis na manutenção de equipamentos, executando o remanejo necessário de componentes e provendo economia ao erário público.

Dados estatísticos:

Esta supervisão atendeu 1185 E-relacionamentos (chamados), mais os atendimentos emergenciais, que eventualmente não foram registrados no sistema de chamados.

Em 2019 foram movimentados 651 equipamentos de TI por esta supervisão, destes, 618 foram equipamentos diferentes. Esta taxa indica um índice de 5% de equipamentos reincidentes em suas falhas, ressaltando a necessidade de atenção com as manutenções preventivas e a complementar possível substituição gradativa do parque de ativos.



7. LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.1. Valores Anuais de Licitações e Contratos por Modalidade

Modalidade/Forma	Despesa Liquidada Anual			Exercício:	2019
	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	Total Anual: (A + B + C)	
Concorrência	-	-	2.090.316,75	2.090.316,75	
Tomada de Preços	-	-	-	-	
Convite	-	-	10.296,00	10.296,00	
Concurso	-	-	-	-	
Pregão Presencial	-	13.012,00	7.075.505,80	7.088.517,80	
Pregão Eletrônico	-	3.105.361,15	954.167,24	4.059.528,39	
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)	-	6.224.540,00	7.624.540,06	13.849.080,06	
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)*	-	47.806,75	3.322.390,43	3.370.197,18	
Inexigibilidade de Licitação	-	9.296,82	-	9.296,82	
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	-	-	-	-	
Total		9.400.016,72	21.077.216,28	30.477.233,00	

*locação de imóveis no valor de R\$379.731,82 já somado nos serviços (Dispensa de Licitação (outras hipóteses)).

7.1.1. ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - DOE.



8. CONTROLE INTERNO

8.1. Recomendações Expedidas em 2019

Descrição da recomendação	Providências adotadas	Setor responsável pela implementação	Síntese da providência adotada	Resultados obtidos
Monitoramento Diárias - DRs Mafra, Canoinhas, São Joaquim e Lages - Recomendamos justificativa/ressarcimento para as inconsistências encontradas nas prestações de contas 2018 analisadas (por amostragem)	Departamentos envolvidos apresentaram justificativas e/ou ressarciram as diárias não conformes.	Diretoria de Administração Financeira.	Justificativa/ressarcimento de diárias não conformes.	Devolução/ressarcimento no montante de R\$ 745,00 (setecentos e quarenta e cinco reais), além do compromisso de observar a legislação, instruções e melhoria da documentação apresentada na prestação de contas
Auditoria DR de São Joaquim – Recomendações gerais acerca das boas práticas administrativas no que se refere aos Atos de Pessoal, Transferência de Recursos (fundo fixo e diárias), Gestão Patrimonial e de Veículos.	Departamento apresentou justificativas quanto aos apontamentos da Auditoria Interna.	Departamento Regional de São Joaquim	DR de São Joaquim apresentou justificativas/regularização quanto aos apontamentos e se comprometeu na implantação das recomendações.	Orientação, por parte da Auditoria Interna, quanto às boas práticas administrativas e cumprimento da legislação vigente e Normas Internas da Empresa.
Monitoramento Fundo Fixo 2018 (adiantamentos) DR São Joaquim - Recomendamos que nas prestações de contas sejam cumpridos requisitos da IN TC 14/2012, do Manual de Normas e Procedimentos da GEFIN e da Instrução de Serviço GEFIN nº 001/2013	Departamento envolvido apresentou justificativas e se comprometeram a observar mais atentamente à legislação vigente, principalmente a normativa interna Instrução de Serviço GEFIN nº 001/2013.	Departamento Regional de São Joaquim	Comprometimento na observância da legislação vigente, principalmente quanto às nuances da Instrução de Serviço GEFIN nº 001/2013	Cumprimento da legislação e normativas internas referente a adiantamentos concedidos.
Auditoria DR de Lages – Recomendações gerais acerca das boas práticas administrativas no que se refere aos Atos de Pessoal, Transferência de Recursos (fundo fixo e diárias), Gestão Patrimonial e	Departamento apresentou justificativas quanto aos apontamentos da Auditoria Interna.	Departamento Regional de Lages	DR de Lages apresentou justificativas/regularização quanto aos apontamentos e se comprometeu na implantação das recomendações.	Orientação, por parte da Auditoria Interna, quanto às boas práticas administrativas e cumprimento da legislação vigente e Normas Internas da Empresa.



de Veículos.				
Monitoramento Diárias - DRs Xanxerê e Concórdia - Recomendamos justificativa/ressarcimento para as inconsistências encontradas nas prestações de contas 2018 analisadas (por amostragem)	Departamentos envolvidos apresentaram justificativas e/ou ressarciram as diárias não conformes.	Diretoria de Administração Financeira.	Justificativa/ressarcimento de diárias não conformes.	Devolução/ressarcimento no montante de R\$ 186,50 (cento e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), além do compromisso de observar a legislação, instruções e melhoria da documentação apresentada na prestação de contas
Monitoramento Água e Esgoto - 2018 Recomendamos medidas para racionalização do consumo de água, acompanhamento do consumo mensal centralizada por meio de adoção de planilhas de controle, deligamento de unidades consumidoras inativas.	Atualização das unidades consumidoras ativas. Implantação e controle com acompanhamento do consumo das unidade via sistema administrativo. Elaboração de campanhas internas para incentivar a economia de consumo.	Departamento Estadual de Gestão Patrimonial.	Atendimento das recomendações apontadas pela Auditoria Interna.	Cumprimento da legislação vigente e racionalização do consumo de água e acompanhamento do consumo de água das unidades ativas.
Auditoria DR de Xanxerê – Recomendações gerais acerca das boas práticas administrativas no que se refere aos Atos de Pessoal, Transferência de Recursos (fundo fixo e diárias), Gestão Patrimonial e de Veículos.	Departamento apresentou justificativas quanto aos apontamentos da Auditoria Interna.	Departamento Regional de Xanxerê	DR de Xanxerê apresentou justificativas/regularização quanto aos apontamentos e se comprometeu na implantação das recomendações.	Orientação, por parte da Auditoria Interna, quanto às boas práticas administrativas e cumprimento da legislação vigente e normas internas.
Licitação 2018/1º e 2º Semestre - Recomendamos o cumprimento de alguns requisitos formais e legais dos processos licitatórios analisados por amostragem com adoção da legislação vigente.	Departamento apresentou justificativas e/ou correções quanto aos apontamentos da Auditoria Interna.	Departamento Estadual de Operações Comerciais - DEOCO	DEOCO apresentou justificativas/regularização quanto aos apontamentos da Auditoria Interna.	Orientação, por parte da Auditoria Interna, quanto às boas práticas administrativas e cumprimento da legislação vigente.
Monitoramento de Registros de Barreiras Sanitárias – DRs Joaçaba, Campos Novos, Chapecó, Concórdia e São Miguel do Oeste - Recomendações gerais acerca do controle nos registros de ocorrências pelos empregados no sistema de controle (SIGEN+).	Departamentos envolvidos apresentaram justificativas dos apontamentos da Auditoria Interna e se comprometeram a observar e monitorar/fiscalizar mais atentamente os controles de frequência e registros de ocorrências pelos empregados no sistema (SIGEN+).	Departamento Regional de Joaçaba, Campos Novos, Chapecó, Concórdia e São Miguel do Oeste.	DRs envolvidas apresentaram justificativas quanto aos apontamentos e se comprometeu na fiscalização e implantação das recomendações emanadas pela Auditoria Interna.	Orientação, por parte da Auditoria Interna, quanto às boas práticas administrativas e cumprimento da legislação vigente e normas internas.



Monitoramento Diárias - DRs Rio do Sul e Campos Novos - Recomendamos justificativa/ressarcimento para as inconsistências encontradas nas prestações de contas 2018/2019 analisadas (por amostragem)	Departamentos envolvidos apresentaram justificativas e/ou ressarciram as diárias não conformes.	Diretoria de Administração Financeira.	Justificativa/ressarcimento de diárias não conformes.	Devolução/ressarcimento no montante de R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis reais), além do compromisso de observar a legislação, instruções e melhoria da documentação apresentada na prestação de contas
Monitoramento Fundo Fixo 2018/2019(adiantamentos) DR Campos Novos - Recomendamos que nas prestações de contas sejam cumpridos requisitos da IN TC 14/2012, do Manual de Normas e Procedimentos da GEFIN e da Instrução de Serviço GEFIN nº 001/2013	Departamento envolvido apresentou justificativas e se comprometeram a observar mais atentamente à legislação vigente, principalmente a normativa interna Instrução de Serviço GEFIN nº 001/2013.	Departamento Regional de Campos Novos	Comprometimento na observância da legislação vigente, principalmente quanto às nuances da Instrução de Serviço GEFIN nº 001/2013	Cumprimento da legislação e normativas internas referente a adiantamentos concedidos.
Vale Alimentação - 2018/2019 - Recomendamos que seja feita integração dos sistema de controle de concessões do referido benefício com os demais sistema do Departamento Estadual de Gestão de Pessoas - DEGEP.	Departamento envolvido apresentou justificativas ao apontamento apresentado pela Auditoria Interna..	Departamento Estadual de Gestão de Pessoas - DEGEP.	Comprometimento na observância da legislação vigente, principalmente quanto ao controle concessão do Vale Alimentação.	Cumprimento da legislação e normativas internas referente a concessão do vale alimentação.



8.2. Recomendações Pendentes de Atendimento

Recomendações pendentes de atendimento	Justificativas para o seu não cumprimento	Descrição da recomendação	Providências adotadas	Setor responsável pela implementação	Síntese da providência adotada	Resultados obtidos
Licitações – 1º semestre 2019	Relatório dentro do prazo para regularização e/ou apresentação das justificativas	Recomendamos o cumprimento de alguns requisitos formais e legais dos processos licitatórios analisados por amostragem.	Relatório encaminhado ao Departamento responsável contendo os apontamentos registrados pela Auditoria Interna.	Departamento Estadual de Operações Comerciais - DEOCO	Relatório encaminhado ao Departamento responsável com os apontamentos da Auditoria Interna.	Ainda não há como definir os resultados obtidos.
Auditoria DR de Concórdia	Relatório dentro do prazo para regularização e/ou apresentação das justificativas	Recomendações gerais acerca das boas práticas administrativas no que se refere aos Atos de Pessoal, Transferência de Recursos (fundo fixo e diárias), Gestão Patrimonial de veículos.	Relatório encaminhado ao Departamento responsável contendo os apontamentos registrados pela Auditoria Interna.	Departamento Regional de Concórdia	Relatório encaminhado ao Departamento responsável contendo os apontamentos registrados pela Auditoria Interna.	Ainda não há como definir os resultados obtidos.
Monitoramento Fundo Fixo(Adiantamentos) - DR de Rio do Sul	Relatório dentro do prazo para regularização e/ou apresentação das justificativas.	Recomendamos justificativa para as inconsistências encontradas nas prestações de contas analisadas (por amostragem).	Relatório encaminhado ao Departamento responsável contendo os apontamentos registrados pela Auditoria Interna.	Departamento Regional de Rio do Sul	Relatório encaminhado ao Departamento responsável contendo os apontamentos registrados pela Auditoria Interna.	Ainda não há como definir os resultados obtidos.
Licitação - Compras Diretas - 1º Semestre 2019	Relatório dentro do prazo para regularização e/ou apresentação das justificativas.	Recomendamos o cumprimento de requisitos formais e legais dos processos licitatórios de compra direta analisados por amostragem..	Relatório encaminhado ao Departamento responsável contendo apontamentos da Auditoria Interna.	Departamento Estadual de Operações Comerciais - DEOCO	Relatório encaminhado ao Departamento responsável com apontamentos da Auditoria Interna.	Ainda não há como definir os resultados obtidos.